

ATA
N.º 03/2019
SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

Realizada em
08 de abril de 2019

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2019:**

---Aos oito dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Jaqueline Casado Afonso Areias. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
João Vítor Faria Couto, em substituição de Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,
Tito Alfredo Evangelista e Sá,
Otilio Silva Hipólito, em substituição de Luciana Brochado Azevedo,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,
Manuel Miranda Losa,
Fernando Manuel da Silva Carvalho,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Carlos Jorge Vicente Capitão,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, em substituição de Manuel José Cepa Pires Carneiro,
Baltasar Almeida Costa,
José Manuel Cruz Silva,
José Maria Losa Esteves,
Elisabete Ferreira Martins Santos,
Tânia Sofia Lima Mota,
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,
Manuel José Sampaio Viana,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Fernando Gabriel Neves da Cruz, em substituição de Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação

A
A

desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,

António Sérgio Moreira Mano,

Rui Manuel Mártins Pereira, em substituição de Fernando João Couto e Cepa,

Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,

Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa e

António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e cinco de fevereiro de 2019 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019.-----

Não participaram na votação os senhores deputados municipais Manuel Miranda Losa, Anabela Solinho Martins e Fernando Gabriel Neves da Cruz, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 25 de janeiro de 2019. -----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. _____

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. _____

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Penteadado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, começando por apresentar um voto de pesar, subscrito por todos os Grupos Políticos e que se transcreve:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. ANTÓNIO TORRES.

“Foi com profunda consternação que recebemos a notícia da morte do Dr. António Torres no pretérito dia 30 de Março.

A sua actuação cívica e profissional foram exemplo para todos nós.

Para além de ter sido Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Esposende logo a seguir ao 25 de Abril, destacou-se na área da saúde onde exerceu, durante anos, o cargo de Delegado de Saúde. Como médico colaborou nos hospitais concelhios e estava sempre disponível ajudar os seus concidadãos nos momentos mais difíceis.

Pelos seus serviços prestados à comunidade foi merecedor por parte do município da Medalha de Mérito Municipal

Assim, esta Assembleia, na sua reunião de hoje, 8 de Abril de 2019, deliberou aprovar um Voto de Pesar pelo seu falecimento e que desta deliberação seja dado conhecimento à digníssima Família."

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

"Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Infelizmente iniciamos esta nossa intervenção falando, mais uma vez dos malfadados incêndios.

A última semana de Março foi, desta vez para o nosso concelho, de má memória. Foram três frentes difíceis de combater mas, dada a prontidão e eficiência dos nossos bombeiros de Esposende e Fão, das corporações que entretanto se integraram no combate, mais de 120 homens, dos meios aéreos disponibilizados, este incêndio, foi controlado ficando, durante dias, em campo, apenas as operações de rescaldo.

Felizmente não houve vítimas, registando-se unicamente prejuízos materiais, que, obviamente, lamentamos. A coordenação institucional, entre a Protecção Civil e os Bombeiros, foi eficaz e foram tomadas medidas atempadamente por forma a salvaguardar as populações.

Para todos estes Homens/Soldados da Paz a nossa homenagem e, certamente, é este o sentimento unânime desta Assembleia.

Lamentamos que, periodicamente a maior mancha florestal do nosso concelho, Palmeira, Curvos, Vila Chã e Marinhas, sofra com os incêndios.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

O mês de Março terminou e com ele finalizou-se mais uma brilhante iniciativa de Março com Sabores do Mar, a 20.ª edição. Um programa bem recheado era oferecido a quem nos visita nesta altura, os restaurantes capricharam nos seus cardápios, tivemos muitas novidades em novos pratos e, felizmente, muita redescoberta na forma de apresentar as iguarias tradicionais. Uma iniciativa que se vem afirmando cada vez mais uma Marca distintiva do nosso concelho e que, por isso, merece todo o nosso aplauso. Gostaria, se assim me for permitido, dar uma pequena achega: Para quando uma Placa Identitária de Restaurante Recomendado com o logo desta iniciativa, a ser colocado à entrada dos restaurantes que mereçam tal distinção?

Pela segunda vez foi atribuído o Prémio Literário Manuel de Boaventura, sendo Filipa Martins a autora escolhida para receber esta honra, com o seu livro "Na Memória dos Rouxinóis". É bom saber que foram mais de 100 obras a concurso e que o interesse das editoras por este prémio é cada vez maior. E já que falamos de prémios e de distinções, mais uma vez nos regozijamos com a atribuição do Primeiro Prémio de Melhor Comunicação na 4.ª Conferência Europeia de Literacia em Saúde ao nosso conterrâneo Dr. Hernâni Zão Oliveira. Também as felicitações seguem para os atletas Tozé e Ricardo Dias, ambos forjanenses, que venceram, nas modalidades que praticam, futebol e atletismo respectivamente, os troféus da 22.ª edição dos Troféus Desportivos O Minhoto.

Não poderíamos deixar de felicitar a Santa Casa da Misericórdia de Esposende/ Hospital de Esposende pelos novos espaços de Consulta Externa e de Atendimento Médico Permanente, inaugurados este fim-de-semana. Uma requalificação necessária e que irá proporcionar maior conforto e qualidade dos serviços prestados.

Finalizamos esta nossa intervenção com felicitações à Câmara Municipal de Esposende e às duas Corporações de Bombeiros deste concelho pela concertação de esforços para constituir Equipas de Intervenção Permanente constituídas por 5 elementos profissionalizados que estarão permanentemente ao serviço da população em caso de emergência e socorro. Vai ser um grande esforço financeiro da Câmara mas justificado plenamente pelo serviço que é colocado a bem da comunidade.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

As eleições aproximam-se, vem as Europeias, seguem-se as da Região Autónoma da Madeira, vem logo as da Assembleia da República e os Homens do mando começam a ficar nervosos. Tudo isto a propósito de uma lei – a 72-A de 2015 aprovada pelos senhores deputados, cheios de boas intenções mas certamente pouco atentos ao que estavam a aprovar, e publicada somente em 23 de Julho do ano passado. É um normativo muito interessante sobre como se deve ou não fazer campanha eleitoral, certamente todos sorriram ao aprová-la e, no Capítulo III, Artigo 10.º, número 4, fica tudo claro. Logo que sejam marcadas eleições, e cito "é proibida a publicidade institucional por parte dos órgãos, do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública". Aqui é que está o problema. O que tem feito o governo, o Sr. Primeiro-Ministro, os seus ministros, senão contrariar este normativo? Amanhã mesmo e foram parangonas dos jornais "O Primeiro-Ministro António Costa, o Secretário de Estado da Economia João Correia Neves, entre outros governantes, vão estar no dia 9 de Abril no Campus da Universidade do Minho para a cerimónia de apresentação e lançamento da II Fase do Programa Indústria 4.0". A isto o que chamará a CNE – Comissão Nacional de Eleições? Será que não se vai falar do futuro deste interessante e necessário Programa? Ou será que só é proibido, às Câmaras falarem de que o "saneamento básico está a decorrer sem contratempus", que o futuro "será certamente melhor, mais limpo e melhor para todos em matéria ambiental"?

Senhoras e Senhores Deputados Municipais nada a temer. O PS, o mesmo que publicou a lei e que viu a sua denegação vem agora apresentar um projecto para alterar essa mesma lei, que

se aplique somente aos órgãos que são sujeitos a essa eleição, que a publicidade específica a uma inauguração ou obra não fique enquadrada, enfim o dito por não dito, mais, que a lei só se aplique depois de 1 de Janeiro de 2020. Vá se lá saber porquê!”

Intervieio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, do PCP, apresentando três recomendações que se transcrevem:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Membros da Câmara Municipal,
Caros colegas,
Meus senhores, minhas senhoras,*

Começo por apresentar uma recomendação nestes termos:

1 - RECOMENDAÇÃO PELO DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO MAIS BARATO E ACESSÍVEL.

- “1. No passado dia 1 de abril entrou em vigor o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) na utilização dos transportes públicos, o que só foi possível em resultado da persistente luta das populações, das comissões de utentes e dos trabalhadores, lutas que contaram sempre e sempre com o apoio do Partido Comunista Português.*
- 2. Trata-se de um Programa de inegável alcance no plano da melhoria das condições de vida das famílias incluído também no plano ambiental ao contribuir, por um lado, para melhorar as condições de vida das famílias. É que não se trata apenas de um passo na garantia ao direito à mobilidade e ao uso do transporte público, mas também uma medida de grande alcance e importância para os trabalhadores e a população em geral, com repercussões diretas nos seus rendimentos, somando-se a tudo isto os ganhos ambientais com a redução das emissões de CO2. É bom não esquecer que com este Programa, o preço máximo do passe social intermodal – seja qual for a forma concreta deste título de transporte – não pode ultrapassar os 40 euros, no âmbito das comunidades Intermunicipais e 30 euros nos limites de cada município.*

Assim,

Considerando o gravíssimo problema da falta de transportes entre o Concelho de Esposende e o interior do distrito de Braga e outros concelhos limítrofes, o que configura um quadro de elevadas dificuldades no plano da mobilidade das gentes que por cá residem e daqueles que de fora demandam a nossa Terra;

Considerando que, para lá das verbas inscritas no PART, que carecem de reforço no futuro próximo, os municípios podem e devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário como ao alargamento da oferta de transportes públicos;

Considerando que cabe aos municípios e às comunidades intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a este Programa, pugnando pela redefinição das redes, interfaces, horários e diversidade de oferta,

A Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária no dia 08 de abril de 2019, delibera:

Recomendar à Câmara Municipal que, no âmbito da aplicação do PART:

V promova, no âmbito da aplicação do PART, e em particular no âmbito do processo de renovação dos concursos para a prestação de serviço público de transporte, e no seio da Comunidade Intermunicipal do Cávado, o alargamento da oferta de transportes públicos entre o interior do distrito e o concelho de Esposende;

V promova, os procedimentos necessários para garantir que no território do município de Esposende o preço do Passe para uso da rede de transporte público nunca ultrapasse 30 euros e que no âmbito CIM Cávado esse valor nunca ultrapasse 40 euros;

V diligencie para que o Passe de transporte possa ser usado em toda a rede e em todos os operadores, públicos ou privados, de transporte público assegurando ainda que se efetive a sua extensão gratuita até aos 12 anos e a redução par 50% à população com mais de 65 anos;

V intervenha no âmbito da CIM Cávado para que as deslocações em linha que envolvam o território de Comunidades (ou Área Metropolitana) contíguas tenham uma redução de preço correspondente à que cumulativamente vigore no território abrangido.”-----

2 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DOS LUGARES DAS PEDRINHAS E DE CEDOVÉM (APÚLIA).

- “1. O conjunto de habitações localizado no Lugar das Pedrinhas, na costa marítima de Apúlia, é um exemplo de arquitetura vernacular de inequívoco interesse enquanto memória de um povo e das suas atividades ancestrais, constituindo, por isso, património que deve ser protegido e preservado. Relevam, aqui, as ‘Casas Barco’, estudadas em profundidade pelo Etnólogo Jorge Dias (cfr. Contribuição para o estudo das construções circulares do noroeste da Península Ibérica, trabalhos de antropologia e etnologia, XI – 1 – Porto, 1946).*
- 2. Acresce ainda que toda a envolvência daquele conjunto habitacional, estendendo-se ao lugar de Cedovém, contém em si património edificado (barracos isolados e alinhados) e móvel (barcos, apetrechos, utensílios de pesca do Pilado e da pesca tradicional, bem como da apanha e recolha de sargaço), que deve igualmente ser considerado para classificação como conjunto de interesse municipal.*
- 3. Estes pressupostos são evidentes para todos os Esposendenses e cidadãos em geral que estejam interessados na preservação do património cultural e arquitetónico das populações, e são corroborados pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN).*
- 4. Foi a própria DRCN, aliás, que aquando da decisão de arquivamento do processo com vista à classificação do Lugar das Pedrinhas, como imóvel de interesse nacional tomada em finais de 2010, remeteu para o município de Esposende cópia do processo acompanhada da sugestão para que a Autarquia iniciasse as diligências necessárias com vista à classificação do Lugar de Pedrinhas como conjunto de Interesse Municipal.*
- 5. Perante este cenário, não se compreende porque é que os sucessivos Executivos Municipais, pelo menos desde 2010, nunca deram provimento a essa recomendação da DRCN, de novembro de 2010, para que o Município avançasse com o processo de classificação do conjunto das Pedrinhas como Imóvel de Interesse Municipal.*

Assim

Face à importância e necessidade de preservar este último legado e memória das atividades ancestrais da comunidade Apuliense, proponho que a Assembleia Municipal de Esposende delibere recomendar à Câmara Municipal que:

V dê início ao procedimento de classificação do conjunto habitacional de Pedrinhas e Cedovém como zona de Interesse Municipal;

V atenta a riqueza histórica, patrimonial e arquitetónica do conjunto habitacional em apreço, diligencie junto do Ministério do Ambiente e Transição Energética, e designadamente junto da Agência Portuguesa do Ambiente – APA, para que sejam adotadas medidas urgentes tendentes à proteção das referidas edificações, evitando que a ação erosiva, que na zona em apreço é bem visível provoque a derrocada d tais habitações e a sua conseqüente perda, para todo o sempre.”

3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA A EXECUÇÃO DE UM PASSADIÇO COBERTO NA ESCOLA EB2/3 DE MARINHAS.

“Na Escola EB2/3 de Marinhas não existe um passadiço coberto que permita a ligação do interior da escola à paragem de autocarros/espço de embarque/desembarque de alunos, o que leva a que estes fiquem sujeitos aos rigores do tempo, principalmente à chuva e ao frio, quando, de manhã chegam à Escola ou quando aguardam os autocarros no final das atividades letivas.

Trata-se de um problema velho que se arrasta na passagem dos anos e que, de uma vez por todas, urge solucionar.

Assim,

A Assembleia Municipal de Esposende recomenda à Câmara Municipal que adote, de forma tempestiva, as medidas necessárias e adequadas para resolver, com urgência, o problema ora sinalizado.”

E para terminar gostaria de colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara, a Polis Litoral Norte e a Docapesca assumiram a realização de obras na marina do Cávado em Esposende, tais obras deveriam acontecer entre os meses de fevereiro e agosto no presente ano, pelo que sabemos foram suspensas sem que se conheçam os motivos para tal. Também a empresa contratada para efetuar as obras ficou de colocar um guincho para içar os barcos, o que não o fez. Face a tudo isto, continuam os homens do mar a ser as principais vítimas perante situações que complicam a sua labuta diária.

Ora, uma vez que o município de Esposende integra a sociedade Polis e o senhor Presidente da Câmara os seus órgãos sociais, pergunto se sabe a que se deve a suspensão das obras e mesmo a não colocação do prometido guincho pela empresa contratada.

Uma segunda questão senhor Presidente, de acordo com uma notícia publicada na edição de 09 de março de 2019 do semanário Sol, o ICNF deu parecer negativo a sete Planos Municipais de defesa contra incêndios, onde se inclui o Plano apresentado pelo Município de Esposende. Também o jornal semanário de Esposende noticiou há pouco tempo que o nosso Município não possui um Plano de Defesa contra Incêndios. Estas notícias pelo que sei, não foram desmentidas pela edilidade.

Ora, sempre o senhor Presidente da Câmara nesta Assembleia e fora dela afirmou que o nosso concelho estava na vanguarda do planeamento e prevenção contra incêndios florestais. Perante estas notícias, se verdadeiras pergunto, possui o município de Esposende o mencionado Plano de Prevenção contra Incêndios? Desde quando é que possui tais planos? Porque mereceu o parecer negativo do ICNF o Plano Municipal anunciado no semanário Sol? E mesmo a terminar, ligado com esta questão que acabo de formular, pergunto-lhe para

quando é que tenciono agendar a reunião do Conselho Municipal de Segurança, porque tem a ver precisamente com a segurança e também com esta matéria que acabei de referir. É que, o senhor Presidente sabe muito bem, todos nós sabemos que há cerca de dois anos, ou pelo menos desde o início deste mandato, este órgão consultivo do município nunca reuniu. Na última assembleia o senhor Presidente disse que ia agendar para breve, dois meses volvidos continuamos sem esse agendamento, porque tem medo o senhor Presidente de agendar o Conselho Municipal de Segurança.

Obrigado Senhor Presidente da Assembleia."-----

De seguida, interveio a Sr.ª Deputada Municipal, Tânia Mota, do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

*"Sr Presidente da Assembleia Municipal,
Sr Presidente da Câmara,
Senhores e Senhoras Vereadoras,
Senhoras e Senhores Deputados e
Os meus cumprimentos também ao público presente,*

Apresentarei aqui algumas questões, não obstante, e antes disso, vou permitir-me concordar com o senhor Deputado Penteado Neiva em relação à questão das brigadas de intervenção permanente, saudando a sua criação e até aproveitando para felicitar o executivo municipal. Porém, lamento que só agora aconteça. Só agora é que no fundo, estas brigadas viram a sua criação, fez-se luz. Diria eu quanto a esta questão e como diria alguém, nunca é tarde para se ver luz, ainda bem que assim aconteceu senhor Presidente, lamenta-se o facto de que só agora tenha sucedido.

Entretanto, comentando também a questão da possibilidade ou impossibilidade de o município publicitar as suas atividades. Eu diria que, até foi com bastante surpresa que assisti a uma reação tão ferosa e diria isto porquê, porque quando se faz obra não é preciso dar-lhe grande publicidade. Porque, no fundo as pessoas têm a possibilidade de se aperceber que a obra se faz. Não se percebe de facto a reação, porque é mesmo isso, acaba por não ser coerente com aquilo que no dia-a-dia se diz. Eu fiz isto, eu fiz isto, eu fiz aquilo, ora se fez nós temos a oportunidade de ver e de ter uma perceção direta e por essa perspetiva não será necessária tanta publicidade.

Isto posto, começaria então pelas questões que aqui trago hoje e pretendia no fundo fazê-las de forma relativamente breve. Uma delas diz respeito à Estrada Nacional 315 entre Palmeira de Faro, Curvos e Vila Chã, sabe-se que o seu estado de conservação vai estando degradado, em especial em alguns dos locais. A questão que coloco e antecipando já também a resposta do senhor Presidente é, já teve o executivo municipal possibilidade de identificar esta situação e de questionar, ou alertar a entidade competente no sentido de que, aquela Estrada Nacional necessita de intervenção e de manutenção?

Caso a situação tenha sido já identificada e a intervenção solicitada, foi dada alguma resposta por parte daquela entidade, caso tenha sido qual se poder esclarecer.

Falarei também da necessidade de intervenção numa outra rua, a rua do Ramalhão e cruzamento com a rua de Santo António em Fão, junto ao centro escolar ali existente e à infraestrutura desportiva, sabe-se que, lamentavelmente ali têm acontecido alguns acidentes, à semelhança aliás do que vai sucedendo em alguns locais do concelho, o que realmente é de

lamentar e, à partida, pelo menos os acidentes dar-se-ão em sequência de uma certa falta de visibilidade naquele cruzamento. Parece-nos que há necessidade de melhorar os acessos à escola, sendo que, a rua não tem acessos pedonais para quem ali caminha, nomeadamente para as crianças que vão para a escola, temos depois entretanto, com o inverno e com as chuvas, as bermas ficam cheias de água, o que obriga tanto quanto sabemos também, as crianças a caminhar pelo meio da estrada para se desviarem destas poças. Não será necessário dizer, parece-me, depois do que acabei de expor que esta situação acaba por aumentar o risco da ocorrência de acidentes, o que se pretende certamente evitar. Não tenho dúvida de que, o senhor Presidente tudo fará para evitar e aqui, quanto a esta situação, o que eu perguntava é, qual é o ponto de situação da intervenção que sabemos ser necessária ali fazer, nomeadamente, através de sinalização vertical, ou outras que se entendam relevantes.

Passaria agora, embora pudesse falar nisso aquando da informação do senhor Presidente, para a lista de empreitadas em execução e, analisada a lista tenho que no fundo, referenciar aqui alguns dos casos, não obstante alguns deles tenham já aqui sido abordados, mas é sempre relevante voltar a lembrá-los.

A ecovia do Cávado e Homem, troço de Esposende 1ª fase está suspensa, tem uma execução de apenas 50%, a data de consignação remonta a novembro de 2016, com um prazo de 150 dias, cumpre pois senhor Presidente perguntar para quando a execução do que falta e o que justifica que a empreitada ou a obra se encontre parada.

Empreitada do Museu do Sargaço em Apúlia, data de consignação 13 de agosto de 2018, prazo de 189 dias para a execução, execução neste momento de uns meros 14%. O prazo já está mais do que ultrapassado, diria que a execução é miserável e eu perguntava o que sucedeu senhor Presidente e para quando a conclusão.

Empreitada para construção do Sistema Intercetor e de desvio da área urbana de Esposende, no fundo aquela obra tão propalada pela Câmara Municipal, já se deu a adjudicação, a data de consignação é este ano de 2019. O que aqui eu lhe queria dizer é que, por uma questão de transparência, dizer-se que é para começar a executar durante o ano de 2019, ficamos todos a saber o mesmo, porque então eu perguntava-lhe o seguinte, é para o verão, ou é para dia 31 de dezembro? É que isto, atendendo aquilo que no fundo são os prazos, é relevante e dizer que é durante o ano de 2019 esclarece muito pouco. Para além da falta de transparência, parece pouco sério porque no fundo não esclarece nada. A não ser que, seja para não influenciar ou comprometer os baixos níveis da execução das empreitadas que apresenta na lista.

Empreitada da modernização da doca de pesca de Esposende que também está adjudicada, porém suspensa, sem que, a execução tenha sequer iniciado, mas ali com um aparente estaleiro de obra, o que tem para nos esclarecer, senhor Presidente.

E agora terminaria relativamente a este ponto dizendo o seguinte, nas suas palavras senhor Presidente estas obras, entre outras, são essenciais para o desenvolvimento da nossa terra, também não ignoramos que as obras podem sofrer atrasos sensíveis, mas como digo são atrasos sensíveis, mas aqui nestes casos que falei, a curva da sensibilidade e da execução cai notoriamente a pique senhor Presidente e impõem-se os esclarecimentos necessários e se for possível agradecia, sem retórica.

Vou terminar apresentando só mais uma questão, que diz respeito à economia do rio Cávado e do mar. Sabendo-se que esse não é um dossier simples, até antes muito complexo, todos concordaremos em que é urgente permitir e garantir a navegabilidade do rio Cávado e a navegabilidade é muito importante não só para tornar o rio mais atrativo do ponto de vista económico, como do ponto de vista ambiental. Acreditamos que, aproveitando o privilégio da

natureza no concelho, aliás dando escopo e corpo ao slogan "Esposende um privilégio da natureza" é possível rentabilizar o rio, torná-lo ainda mais atrativo, impulsionar o interesse de privados, ou até ser o próprio município a dar esse impulso. Sabemos bem que a navegabilidade pode ser um sinónimo do interesse no desenvolvimento da pesca, da organização de passeios turísticos ao longo do curso do rio, da observação de espécies autóctones, para a dinamização do comércio local, para a valorização das zonas ribeirinhas com a criação de melhoria de acessibilidades para as áreas fluviais de lazer existentes e com isto teríamos no fundo uma intervenção que beneficiaria e valorizaria várias freguesias do concelho desde Marinhas, Esposende, Fão, Gandra, Gemeses, Fonte Boa, Rio Tinto. Temos o problema antigo da Foz por resolver, que sabemos não ser simples perspetivando até o conhecimento científico atual. Bom, mas manter-se como tem estado é que não é solução nem sequer é admissível, assim sendo pergunta-se o que tem feito, se tem feito e o que pensa fazer, primeiro, para a mais do que merecida valorização do rio e segundo, para resolver e passe-se a expressão e permita-se essa expressão o "embrulho" junto à Foz. Muito obrigada!"-----

Pelas 21h45m antes de terminarem as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs prorrogar este período por mais trinta minutos, colocando o mesmo à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Intervieio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*"Senhor Presidente,
Membros da Mesa
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Meus colegas Deputados da Assembleia Municipal,
Público presente,*

Eu vou tentar não repetir aquilo que os meus antecessores disseram, nomeadamente a Dr.ª Tânia Mota e o Dr. Manuel Carvoeiro, porque concordo quase com tudo o que disseram, para não estarmos aqui a repetir-nos, já não direi a mesma coisa relativamente ao meu amigo Dr. Neiva, que só concordo com uma pequena parte, com a parte restante não concordo.

Eu começaria esta intervenção por um discurso que o senhor Presidente da Câmara fez salvo erro no dia 2 de abril, no encerramento das jornadas "Sabores do Mar" em que me vieram dizer que teria dito na sua intervenção, que Portugal era um país anedótico e eu passo a citar: "Apenas em relação a este aspeto – porque adoro o meu país, a minha região e o meu concelho – estamos num país anedótico! Atingem-se patamares (impensáveis), numa procura excessiva de transparência e de combate à corrupção."

Bem, quando me disseram que o senhor Presidente da Câmara tinha dito isto eu não acreditei, achei que era impossível um Presidente da Câmara de Portugal, fosse qual fosse, muito menos de Esposende, dizia tal e então quando me disseram que tinha sido publicado no Diário do Minho, dei-me ao trabalho de ir a Braga, porque aqui já não havia, comprar o Diário do Minho porque eu não acreditava que fosse verdade, e portanto eu vou dar a oportunidade ao senhor Presidente da Câmara, de desmentir o Diário do Minho hoje, sob pena de todos nós ficarmos com uma péssima ideia sobre aquilo que o Presidente da Câmara pensa, não só de

Portugal, porque Portugal não é um país anedótico, é um país que no dia 24 de junho de 2028 vai fazer 900 anos. De anedótico não tem nada e é muito grave que um Presidente da Câmara diga que o seu país é anedótico, embora tenha figuras anedóticas, mas não é o país que é anedótico, e dizer-se que atingiram níveis impensáveis de exigência de transparência e de combate à corrupção, eu acho que o senhor Presidente da Câmara não pode ter dito isso, porque se disse isso, a pergunta que se põe é qual é a necessidade de opacidade que a Câmara de Esposende tem, para não querer transparência e para não querer o combate à corrupção.

Passando essa parte, já que compreí o jornal dei uma vista de olhos ao que dizia o jornal, e depois, eu tenho vindo aqui ao longo dos tempos a fazer intervenções constantes a verberar a falta de desenvolvimento do concelho de Esposende comparado com os concelhos vizinhos, nomeadamente o concelho a norte, Viana do Castelo.

Viana do Castelo nos últimos 25 anos desenvolveu-se comparativamente a Esposende, a um ritmo impensável, basta ver os indicadores.

Mas para não dizerem que eu estava a comparar com uma Câmara do PS, eu ao ler o jornal vi que na página 12 tem uma notícia relacionada com Famalicão que diz o seguinte, fala de Famalicão, que é um concelho que inclusivamente o senhor Presidente da Câmara fala muito, e referindo-se a Famalicão diz que a taxa de execução orçamental, que é um assunto que nós vamos discutir daqui a pouco, a taxa de execução orçamental de Famalicão são 98%. Ora, e já passo aqui a apontar aquilo que penso relativamente à execução orçamental da Câmara de Esposende no ano de 2018, a Câmara de Esposende teve uma execução orçamental no ano de 2018 de 83%, graças às despesas correntes.

Porque às despesas de capital que é o investimento, apenas atingiu 75%, ou seja, há ¼ daquilo que estava orçamentado que não foi feito e que estava previsto e não sou eu que o digo, vão ver às contas, não fui eu que inventei os números.

Agora é bom é que os senhores vereadores vejam as contas e as contas que mandam para a Assembleia Municipal, para os deputados Municipais. Passando essa parte, que é muito importante que tem a ver com o combate à corrupção tem a ver com a transparência há uma outra questão que eu gostava de colocar e que diz respeito ao processo iniciado de revisão do PDM. Nós temos as máximas dívidas sobre o processo que foi iniciado, estamos para ver o que é que vem aí, mas há uma coisa que ficam já a saber, o PS apenas aceita alterações ao regulamento do PDM relativamente a situações que são anteriores a 1993. Andar a rever no PDM para estar agora a legalizar as construções que permitiram em oposição ao PDM, ou que estão a ser construídas em oposição ao PDM com a anuência da Câmara ou pelo menos com os olhos fechados da Câmara, para isso não é preciso o regulamento do PDM. Andarem a permitir construções e depois alterar o PDM para legalizar aquilo que está ilegal, não contem connosco. Uma coisa é até 1993 quando não havia PDM, aquilo que foi construído enquanto não havia PDM e o regulamento do PDM veio tornar ilegal por violar o PDM, isso é uma coisa, alterações e construções posteriores a 1993 quando havia PDM, quando as pessoas sabiam que havia PDM e deliberadamente violaram o PDM e andar agora a Câmara a branquear isso não, para isso não é preciso PDM.

Os PDM – Planos Diretores Municipais foram feitos para ordenar o território, não é para ordenar o território “à la carte” à medida dos interesses particulares de A, B e C, com a cumplicidade da Câmara, não contem connosco para isso, nós seremos abertamente contra isso.

Quanto à questão que o Sr. Dr. Neiva falou aqui relativamente aos bombeiros, todos nós apoiamos os bombeiros, se há questão que é transversal na nossa sociedade, na sociedade

portuguesa é o apoio aos bombeiros, principalmente aos bombeiros voluntários, mas não tem sido isso que a Câmara tem feito nos últimos anos em Esposende, porque a Câmara de Esposende nos últimos anos não tem apoiado os bombeiros voluntários devidamente. Os bombeiros voluntários têm necessidades de apoio que a Câmara não tem sabido suprir de forma cabal.

Portanto, ficamos muito contentes que a Câmara agora tenha aderido a um programa nacional, organizado pelo Governo e pelos Bombeiros e que tenha participado nele, é muito bem que assim seja, ficamos muito contentes com isso, mas é bom que não esqueçamos que o apoio aos Bombeiros Voluntários e aos Bombeiros no concelho de Esposende não é apenas isso, é preciso mais.

Quanto à questão da Lei da propaganda eleitoral eu hoje até pensei que o Dr. Neiva ia falar na questão dos cargos familiares, pensei assim, a notícia do momento, ele vai falar nos cargos do governo, depois pensei, não ele não vai falar disso, porque se há Câmara que não pode falar é a de Esposende e o PSD de Esposende falar nisso então é uma desgraça, porque isso então não são 15, nem 20, são 150 ou mais, aliás, a lista do PSD às autárquicas é quase uma amostra abundante do mapa de pessoal da Câmara de Esposende. Depois vem para a questão da Lei da propaganda, a Lei da propaganda é uma lei muito curiosa mas não foi o PS que a aprovou, é que o Sr. Dr. fala do PS, critica o PS mas quem aprovou a lei não foi o PS. O Governo publica as leis que foram aprovadas na Assembleia da República, depois de terem sido referendadas, quem as manda publicar é o Presidente da República e foi a Assembleia que a aprovou com os votos do PSD. Até parece que foi agora o PS que criou uma lei para pôr uma rólha na boca dos PSD, isso é uma coisa absurda, o Sr. Dr. está a criticar isso? Então atire-se ao seu Governo, ao Rui Rio, o Negrão, o Passos Coelho, passaram a vida a elogiar o Passos Coelho e agora vêm criticar as leis que o Passos Coelho fez e a Dr.ª Cristas, por amor de Deus, tenham alguma coerência quanto a isso.

Só para terminar e para dizer que o tom da minha intervenção serei sempre eu a determinar e não terceiros, nomeadamente a mesa, e eu direi aquilo que entender e não o que a mesa quer, só para dizer que Sr. Dr. se há quem utiliza a propaganda de uma forma mestra e que o António Costa ao pé dele é um aprendiz de feiticeiro, é a Câmara de Esposende e o Sr. Presidente da Câmara, Benjamim Pereira. Não há ninguém melhor na propaganda do que a Câmara de Esposende, António Costa ao pé do Benjamim Pereira é um aprendiz de feiticeiro, não sabe nada de propaganda, porque o António Costa ainda vai amanhã inaugurar, ou anunciar uma iniciativa concreta, em Esposende eu já disse, o Sr. Presidente da Câmara anuncia a primeira pedra, a pedra do meio, a pedra final, corta a fita, há reportagem sobre o corte da fita, portanto aqui em Esposende a mesma coisa rende que é uma coisa louco, parece a comida do Chinês, aquilo cortado aos bocadinhos, dá um monte dela. Portanto Sr. Dr. escolheu mal o tema porque, eu estava à espera das nomeações dos cargos, este é igual ou pior que a nomeação dos cargos.

Muito obrigado Sr. Presidente."-----

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou o voto de pesar a votação, tendo-se obtido o seguinte resultado:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. ANTÓNIO TORRES.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM

**VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS, PELO FALECIMENTO DO DR. ANTÓNIO TORRES.-----
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----**

De seguida, suspendeu os trabalhos por três minutos, para que as respetivas bancadas discutissem e analisassem as recomendações apresentadas e distribuídas pelos líderes políticos.

Pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo informado que a proposta do Partido Comunista Português apresentada pelo Deputado Manuel Carvoeiro, relativa à abertura do procedimento de classificação dos Lugares das Pedrinhas e de Cedovém (Apúlia) por acordo entre todos os líderes, iria baixar à Comissão Permanente, irá haver reunião na próxima semana e portanto esta recomendação será analisada na Comissão Permanente e virá novamente à Assembleia ou mesmo a própria Comissão Permanente poderá deliberar a remessa à Câmara Municipal, porque havia necessidade ali de fazer uma análise mais aprofundada daquela matéria, de forma a poder-se chegar a uma solução reforçada que preserve os direitos das populações e portanto ficariam assim na mesa com duas recomendações.

Colocadas à votação, obtiveram-se as seguintes votações:

2 - RECOMENDAÇÃO PELO DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO MAIS BARATO E ACESSÍVEL.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 13 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE FORJÃES, DE VILA CHÃ, DE GEMESES E DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO.-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota contra esta recomendação pelos motivos que expomos. O Senhor Deputado da CDU saberá, ou certamente não, que as Câmara Municipais do vale do Cávado, com exceção de Braga e Barcelos, delegaram na CIM-Cávado, que foi constituída como Autoridade de Transportes para esta área, a incumbência de estudar e projetar uma rede de transportes públicos nas áreas dos municípios que a integram. Sabemos que isso já foi feito e que a Câmara Municipal de Esposende apresentou na devida altura, uma série de propostas no sentido de melhorar os nossos transportes concelhios e também as acessibilidades aos concelhos vizinhos nomeadamente Porto, Braga e Viana do Castelo. Também é público que nesta fase está a decorrer o Concurso Internacional para esses mesmos transportes. Seria, portanto, à CIM-Cávado que esta recomendação poderia ser dirigida.”-----*

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos a favor embora entendamos que a recomendação deve ser também dirigida para o interior do*

concelho de Esposende que é altamente deficitário de transportes entre as freguesias. Quanto às posições do Dr. Carvoeiro e da CDU concordamos, julgamos que é uma medida muito importante do Governo, que foi adotada pelo Governo atualmente em funções e era importante que a Câmara Municipal de Esposende não desperdiçasse tempo e os cidadãos de Esposende pudessem aproveitar integralmente os benefícios que essa medida determina em vez de estar à espera de estudos e mais estudos que só atiram o problema para as calendas Gregas e entretanto as pessoas continuam a pagar os passes aos preços anteriores.”-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votei favoravelmente embora considere e tal como foi referenciado já pelo Sr. Dr. Tito, que é preciso, ou, que se entenda que nos transportes entre freguesias do concelho, de facto é necessário um reforço, a título de exemplo e segundo julgo saber e penso não estar enganada, um passe mensal para que os cidadãos possam fazer-se transportar por Esposende, tem um custo de cerca de 40,00€ o que se entende manifestamente exagerado, para além de, a oferta não ser aquela que deveria ser. Por outro lado, entendo também que esta proposta deveria ser mais extensa, porque não deveríamos pensar só no distrito de Braga, mas o concelho teria muito a ganhar se uma proposta destas fosse também apresentada no que diz respeito aos transportes entre Esposende e os vários concelhos do distrito do Porto e designadamente do Porto, porque há muitos cidadãos de Esposende que diariamente se deslocam para essas cidades para trabalhar, no âmbito das suas questões profissionais e até pessoais e o mesmo diria também eventualmente com destino ao distrito de Viana, nomeadamente a Viana do Castelo. Ou seja, penso que a proposta poderia ter sido nessa perspetiva mais extensa e no fundo daí esta declaração de voto.”*-----

3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA A EXECUÇÃO DE UM PASSADIÇO COBERTO NA ESCOLA EB2/3 DE MARINHAS.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, COM 17 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 11 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE GEMESES E DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, E 2 ABSTENÇÕES DOS PRESIDENTES DE JUNTA DA FREGUESIA DE FORJÃES E DE VILA CHÃ.

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal vota contra esta Recomendação por duas razões fundamentais. Recomenda-se somente que seja construído um passadiço na parte exterior do edifício que dê acesso ao embarque/desembarque de alunos o que é estranho já que não existe nenhum abrigo de passageiros no local, o que, para nós é mais do que urgente a sua construção; na recomendação ignora-se que da portaria da escola até ao bloco de entrada não há passadiço e não vemos a CDU com essa mesma preocupação; em segundo lugar porque a tutela/poder central, a quem compete a edificação de estruturas dentro da escola, nunca se manifestou vontade em o construir.”*-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos a favor porque manifestamente é uma intervenção de interesse público e do interesse das crianças e independentemente de estar redigida com pouca ou com maior ou menor precisão, mesmo que tivesse um passadiço ou uma cobertura entre a paragem de autocarro propriamente dita e o interior da escola também isso não ficaria nada mal e seria útil para as crianças. O facto de, as escolas ainda, porque a Câmara não aceita as competências que o Governo quer delegar, sejam da Administração Central, não impede a Câmara noutras situações de fazer intervenções como está a fazer por exemplo na Escola Henrique Medina e noutras do género que também são da Administração Central e portanto o que nós entendemos é que esta medida, e daí discordamos relativamente à CDU, é que não devia ser só na escola das Marinhas, mas alargado a todas as escolas do concelho que não tem as mesmas circunstâncias, nomeadamente a Apúlia, que não tem e outras e achamos que deve ser geral. É uma intervenção de pouco custo financeiro, é uma intervenção que podia perfeitamente ser feita por uma Câmara que vai transitar agora mais de quatro milhões de euros para o orçamento deste ano, porque não os gastou e podia ter gasto nisto e noutras coisas como falaremos à frente, e portanto era uma intervenção absolutamente prioritária e essencial e nesta questão não interessa se as crianças andam à chuva por culpa da Administração Central ou por culpa da Administração Local, as crianças são de Esposende, são Esposendenses e se a Câmara gastasse dinheiro a permitir a construção de um passadiço ou de uma cobertura para elas não apanharem chuva só faria bem, independentemente de não ser legalmente uma competência sua.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto favoravelmente, sendo que, não obstante entendermos que esta recomendação deveria ter ido mais longe e ser estendida às demais escolas do concelho que estejam em situação idêntica e porquê que assim penso, sendo que o Dr. Tito já referenciou algumas questões, este é o tipo de intervenção que pouco ou nenhum dinheiro custa, mas que no entanto, traz um benefício enorme para quem vai todos os dias para a escola, para as crianças, para os jovens e, para quem utiliza nomeadamente os transportes públicos de que falávamos há pouco. Ou seja, ser uma competência da Câmara Municipal ou da Administração Central aqui, na minha modéstia opinião não releva, relevaria ou poderia pensar relevar se estivéssemos a falar de uma obra que custasse uns milhões e aí perceberíamos, que de facto o município não teria capacidade financeira para fazer essa intervenção, porém não é aqui o caso, estamos a falar de poucas centenas de euros, logo no fundo, parece-nos que sejam alguns milhares, mas é pouco dinheiro, é dinheiro que o município tem e que poderia gastar em benefício das crianças que frequentam as escolas do concelho.”*-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a informação apresentada é totalmente elucidativa, disponibilizando-se para prestar esclarecimentos a quaisquer dúvidas dos Senhores Deputados Municipais.-----

Não havendo nenhum pedido de esclarecimento sobre a informação escrita, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que interveio nos seguintes termos:

*“Senhor Presidente,
Restante Mesa,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Digníssimo público aqui presente,*

Apesar das muitas interpelações eu vou tentar ser breve, nem sempre consigo, há uma sugestão apresentada pelo Dr. Penteado Neiva, em primeiro lugar agradecer a referência que fez aos bombeiros, a todos, mas em especial aos de Fão e de Esposende, pela forma elevada com que se comportaram em mais um momento muito difícil de gerir e portanto estiveram à altura, conseguiram fazê-lo mantendo também aquela serenidade que é necessária mesmo em momentos de muita crise e a verdade é que as condições atmosféricas eram tremendas, com muito vento e correram-se riscos enormes, porque o risco do incêndio ultrapassar a zona da Abelheira e passar para norte com os ventos conforme se estavam a comportar podia levar a mais uma catástrofe, ou seja levar o incêndio a consumir toda a mancha florestal que temos, felizmente, fruto do trabalho concertado e de uma ação de facto meritória por todos, merecem essa palavra de elogio que aqui foi dada. Aliás nós fizemos questão de o fazer também na Câmara Municipal, por entendermos que é nestes órgãos que isso se deve fazer, e depois obviamente passar para fora, para a população essa nossa posição de gratidão para com eles.

Quanto à questão das antigas APE's várias pessoas falaram sobre o assunto, eu se calhar guardava-me para mais à frente falar disso, apenas dizer que nós não temos nenhuma posição nem nunca tivemos contra as APE's, aliás eu fui dos primeiros a dizer desde que assumi responsabilidades nesta Câmara Municipal ainda enquanto vereador, que a tendência dos bombeiros ia para a profissionalização inequivocamente, é impossível manter o voluntariado na forma em que está e portanto o aparecimento destas equipas de intervenção era inevitável, aliás elas já existiam e bastava que o Governo cumprisse o seu papel e que as financiasse em parte, que depois com toda a certeza as dinâmicas gerar-se-iam nas corporações dos bombeiros para ir colmatando essas necessidades da falta de voluntariado. Mas a verdade, é preciso que se perceba, não é um apoio único, estamos a falar de, garantidamente a partir de agora 70.000,00 € (setenta mil euros) por ano vão para os bombeiros, para além daquilo que é o nosso apoio anual. Se juntarmos isso aos 17.500,00 € (dezassete mil e quinhentos euros) para cada corporação, já estamos a falar de 105.000,00 € (cento e cinco mil euros) anuais para os bombeiros de Esposende. Eu só resisti um pouco a toda esta situação primeiro porque tenho mantido uma grande proximidade com os bombeiros, sei muito bem o que é que se passa dentro de ambas as casas, depois porque eu disse que nunca daria a uns e não daria a outros, foi uma questão de princípio que eu sempre disse, admitindo que as realidades são diferentes, o território é diferente, mas para mim, existem duas corporações no concelho e a dar a uma, teria que dar às duas, o que quer dizer que em vez de estarmos a falar de 35.000,00 € (trinta e cinco mil euros) estamos logo a falar de 70.000,00 € (setenta mil euros). Depois também é verdade, se calhar adiantando-me um pouco nesta exposição, nós temos estado muito presentes, aliás o Dr. Tito disse aqui que não temos apoiado os bombeiros, eu acho que isso é

a maior injustiça que se pode dizer em relação ao comportamento da Câmara quanto aos bombeiros do concelho, aliás basta perguntar aos bombeiros se eles acham exatamente isso, porque não acham. É o apoio anual, tem sido por exemplo recordando, o protocolo que fizemos com os bombeiros de Fão para a recolha dos animais feridos, foi o protocolo da formação com os bombeiros de Esposende, é o apoio às obras dos bombeiros de Esposende, foi o apoio também aos bombeiros de Fão com a cedência da escola do Caldeirão, tem sido um conjunto de apoios, aquisição de ambulâncias, uma para cada corporação ainda há pouquíssimo tempo portanto, a soma de tudo isto são centenas de milhares de euros que têm sido dados aos bombeiros, aliás, eu arrisco-me dizer aqui, provem o contrário, as instituições que mais apoio têm tido por parte do Município, são as corporações dos bombeiros, à frente de todas as outras, não tenho dúvida nenhuma sobre isso.

Se há algum arrependimento nisto? Era só o que faltava, nós entendemos a premência, a necessidade destes apoios, mas também nos sentimos injustiçados quando vêm aqui dizer que não damos ou que não apoiamos isso não é verdade. Também é verdade, porque eu gosto de dizer as coisas todas e é aqui o local onde devo dizer, que tem que haver e deve haver sempre por parte dos bombeiros, um esforço também de poupança e de tentarmos perceber se a melhor forma é existirem duas corporações de bombeiros tal qual estão, se não é possível ter um núcleo operacional conjunto, se não é possível otimizar recursos, não é acabar com nenhuma das instituições, eu nunca disse isso, estou a falar em criarmos formas, tal qual como se tem que fazer em muitas outras áreas na gestão, para otimizar recursos e isso tem sido falado com ambas as direções das instituições dos bombeiros e acho que estamos no bom caminho para se discutir o assunto porque o dinheiro é dos munícipes, não é meu, o meu é uma quota-parte de um sobre cinco mil avos se quiserem, o dinheiro é de todos não sou eu que o dou e eu acho que toda a gente quer contribuir e ajudar até de forma solidária, enfim mas tem que ser o dinheiro bem gerido, bem aplicado e otimizada essa componente financeira, toda a gente percebe isso, isto é verdade para os bombeiros, como é verdade para os clubes de futebol ou para a área social, ou para o que quiserem. Mas, o compromisso efetivo é que no orçamento para o próximo ano vão lá estar de certeza, pelo menos cento e cinco mil euros dedicados exatamente a isto, já não é se vão precisar de uma ambulância, ou se vão precisar de um carro de combate a incêndios, já não é disso que estamos a falar. Estamos a falar de, anualmente cento e cinco mil euros, dizendo desde logo que aquela taxa da proteção civil que se tentou criar foi considerada inconstitucional e ainda houve quem a tentasse aplicar, Lisboa chegou a tentar aplicar e tiveram que devolver o dinheiro ou estão em vias de ter que devolver o dinheiro e eu até acho que poderia ser uma situação interessante, aliás diz-se que o Governo está a tentar encontrar uma forma de tornar isso legal, o que poderia ser interessante, era um bom modo de financiamento dos bombeiros, porque estes valores, se a tendência for esta, não chegam para nada, é preciso que fiquemos cientes que se a tendência for esta, se começar a haver cada vez menos voluntários, para mantermos os níveis de prontidão e de qualidade do atendimento que é feito neste momento, do socorro, não são nem chegam lá perto, estamos a falar de centenas de milhares de euros para manter toda aquela gente a trabalhar e com a formação que é necessária, com as viaturas, etc. Portanto, é um assunto que extravasa claramente aqui a dimensão do concelho e nós cumprimos aqui a palavra daquilo que eu tinha dito. Isso de ser tarde ou ser cedo, AIPE's há desde 2008, portanto já muita gente podia ter feito isso no passado e portanto, uns fizeram, outros não fizeram. Eu recordo que agora no último ano foram cento e sessenta e uma AIPE's que foram distribuídas pelo país, portanto não me parece que sejamos os últimos.

Quanto ao Senhor Deputado Manuel Carvoeiro, a recomendação relativamente aos transportes públicos, do PART, eu gostava de deixar aqui uma coisa bem clara, o PART é uma falácia, isto é bom para Lisboa e Porto, porque é onde estão os votos todos para as próximas legislativas, lembrem-se disto que eu estou aqui a dizer, que esta é a maior verdade que eu vos podia dizer hoje, o resto, é uma falácia e uma mentira, eu posso-vos dizer que as verbas do PART que são dedicadas ao concelho de Esposende são cerca de oitenta e oito mil euros, sabem para que é que isso dá? Para o complemento dos 50% que os nossos jovens pagam do passe escolar do ensino secundário e não chega, faltam três mil e tal euros que ainda temos que pôr. Portanto, isto é uma mentira, é uma falácia, é muito bom para Lisboa e Porto, para o resto do país é uma vergonha, não dá para nada, portanto é bom que se diga isto e mais, as verbas do PART são até ao final deste ano, eu espero que para o ano venha um novo PART, que haja um novo "parto" com mais dinheiro e se o dinheiro vier será aplicado exatamente nos transportes. Eu confesso que aqui até posso claramente estar a falar mal do PSD, como já o fiz muitas vezes. A alteração que foi feita na legislação e que transferiu para os municípios e para as CIMs para aqueles que quiseram aceitar, as autoridades de transportes foi das piores coisas que podiam ter feito, criou-se uma confusão tremenda, ninguém sabe quem lança um concurso por exemplo, um autocarro que saia de Viana, que passa por Esposende e vá para o Porto, ainda hoje não sabem muito bem quem é que lança o concurso para essa carreira, porque vai depender da maior área onde atravessar, do percurso que fizer dentro, é uma confusão generalizada, ninguém se entende nesta área. Temos graves problemas, corre-se o risco de os concursos serem lançados e não aparecer nenhum privado interessado em explorar e isso pode ser outra situação gravíssima, portanto nada disto é pacífico, só é pacífico nas palavras dos governantes, neste momento por razões óbvias, mas é uma situação grave para o futuro. Ademais dizer que nós temos junto da CIM, feito chegar a necessidade de incrementar o número de transporte para a zona interior do nosso distrito, para Braga e para o Porto também. É uma preocupação nossa, juntamente com os outros municípios e vai ser uma situação muito difícil vir a ser cumprida e pode inclusive recair sobre os próprios municípios, caso não apareça nenhum privado, ou perdemos a carreira, ou perdemos esse transporte, ou então vamos ter que nós financiar os privados para manterem o transporte que é uma situação tremenda; mas isso, se forem acompanhando vão perceber que as coisas irão ser feitas desta forma.

Portanto, infelizmente bem gostávamos nós de ter políticas sociais agarradas a este apoio para os idosos, para as pessoas que precisam do transporte a nível interno, mas isso não é possível neste momento com este valor.

De resto, a situação de Pedrinhas-Cedovém já foi aqui mais do que discutida, eu relembro só uma coisa, em relação a Pedrinhas e Cedovém, o município foi muito claro naquilo que disse, nós gostaríamos que fosse mantido tudo aquilo que tem valor patrimonial arquitetónico relevante, foi a nossa posição sempre, pública e manifestada junto do POOCCE, da revisão do POOCCE, gostaríamos que se mantivesse o núcleo de pesca de Cedovém que é fundamental, gostaríamos que se mantivessem os restaurantes naquele sítio, noutra sítio, não interessa, aquele núcleo de restauração não pode acabar naquela zona, já o disse várias vezes e gostaríamos muito, como é evidente, que toda a gente que lá vive, que tem lá residência efetiva, seja realojada com dignidade. E já agora acrescentando, que é o corolário de tudo isto, também gostaria que fosse desenvolvido um projeto e posso dizer aqui hoje, que está aprovada uma candidatura no valor de cento e oitenta mil euros, à volta disso, com a

componente nacional, ao POSEUR para se desenvolver o projeto para toda aquela zona, que no fundo é o de requalificação de toda aquela zona envolvente.

De resto, escola EB 2-3 das Marinhas já aqui foi falado várias vezes a questão é que, é verdade que nós podíamos, mas no fundo é o dinheiro de todos os Esposendenses, eu recordo-me da discussão que tive no Conselho Municipal de Educação quando foi para a intervenção na Escola Secundária Henrique Medina e muito boa gente me dizia para não fazermos isso que tínhamos que gastar dinheiro era nas nossas escolas, que são da nossa responsabilidade e não naquelas que são da responsabilidade do Estado e portanto, temos que nos entender, ou uma coisa ou outra e nós acabamos por avançar com essa intervenção para não perdermos um milhão e novecentos mil euros que estavam no PDCT do Cávado, mas muito boa gente nos criticou porque aquele dinheiro não devia ser para ali, devia ser para as nossas escolas. Nós fizemos intervenções nas nossas escolas, claro que poderemos fazer e nós estamos preocupados com as crianças, alguém dizia há pouco que são as nossas crianças, claro que são as nossas crianças, até parece que sou um insensível, eu tenho dois filhos, em idade escolar, que já estão na universidade neste momento, eu já passei por isso tudo, desde levá-los ao infantário, à escola primária, já passei por isso tudo, não sou nenhum monstro que ando aqui, que não tem sensibilidade para as crianças e que me fico a rir quando elas ficam molhadinhas da chuva. Todos nós passamos por isso, nós somos o quê afinal, isso é um populismo, é uma forma de atuar completamente, até parece que nós não temos sensibilidade, não é nada disso, nós temos que gerir recursos. As escolas foram construídas pela tutela, de quem era o projeto? Não era do Ministério da Educação que tem mais preocupações com as crianças? Porque não fizeram a cobertura e tem que ser agora a Câmara de Esposende a fazê-la com o dinheiro que faz falta para os senhores Presidentes de Junta, para fazer caminhos, etc. Tudo se pode fazer é verdade e não é a questão de custar milhões, um euro pode ser muito mal gasto e quinhentos mil euros podem ser muito bem gastos, não é pelo valor, é a forma como é aplicado e quer que lhe diga mais, sempre lhe vou dizer, aliás é ridículo, eu acho que se entrou aqui numa fobia, de repente ninguém se pode molhar um bocadinho, isto é uma coisa inacreditável, vamos ser pragmáticos, nós somos homens, somos famílias, quer dizer, de repente só porque têm que andar 5 metros à chuva e não estamos propriamente numa terra que chova assim tanto, já é um problema grave isto. Sinceramente eu acho que temos que ser comedidos também nestas coisas, perceber que os recursos também são finitos, não há dinheiro que sobre, nem para esbanjar e há sítios onde se justifica, sítios onde não se justifica e sítios onde tem que ser a Administração Central a fazê-lo e outros sítios onde tem que ser a Câmara e nós, substituímos as coberturas das nossas escolas todas, retiramos a amianto delas todas, pintamo-las todas, devemos ter dos melhores Parques Escolares Municipais que há aqui na região e porque falta uma coberturazinha aqui pronto, já é um problema e já é um motivo para um desgaste político e discussão. Sinceramente a senhora vereadora tem tido atenção máxima a todas estas questões, tem estado próxima da comunidade escolar, cada um assumirá as suas responsabilidades como é evidente mas não vamos dramatizar aquilo que são coisas simples porque, é a paragem de autocarro, mas depois tem o carro do papá que fica a 50 mts ou 100 e o que é que vamos fazer, vamos fazer um passadiço ou uma cobertura com 200 metros? Vamos ser realistas as coisas são o que são, não é possível porque se vai resolver o problema de meia dúzia deles e vão ficar os outros todos à chuva, a vida é o que é, não me parece que isto seja um drama e é bom que sejamos pragmáticos quanto a estas matérias, começa-se a ridicularizar e a ter que levar as crianças dentro de uma bolhinha todos

fechadinhos para chegarem à escola, não passamos todos por isso?

Como é que foi o nosso passado, eu apelo às pessoas que aqui estão para dizerem como foi a nossa vida, a grande maior parte das pessoas que aqui estão se calhar tiveram que andar um quilómetro ou dois para chegar à escola e agora porque se anda 5 metros do carro para fora já é um problema, já toda a gente sabe, podem não ter coragem de o dizer, mas toda a gente sabe que é ridícula a situação.

Relativamente à Docapesca, eu disse que a obra era da responsabilidade da Polis e da Docapesca isto para o Dr. Carvoeiro, mas é verdade que o Município tem também aqui um papel fundamental e comparticipa financeiramente esta obra, e se não fosse o município a comparticipar esta obra para com a Docapesca, não havia intervenção na Doca de Pesca de Esposende; é importante que se diga isso. Dá impressão que é só deles e não é. A questão da suspensão da obra, ela ocorreu porque, a gestão daquele espaço é da Docapesca, a Docapesca publicou um edital para que todos os aprestos, os armazéns que lá estão fossem libertos para uma determinada data para se iniciar a obra, ninguém ou quase ninguém respeitou o edital, marcou-se uma reunião a seguir com os pescadores, e eu estive presente nessa reunião, organizou-se o espaço de maneira diferente e os pescadores foram dos primeiros a sair, no entanto há outras pessoas que utilizam aqueles armazéns, com relação ou não com a Docapesca, uns têm contrato outros não têm, são questões de gestão da Docapesca com as pessoas que lá estão que demoraram a abandonar as instalações e a empresa não iniciou uma obra daquela envergadura, uma obra de um milhão e tal de euros, se ter o espaço completamente liberto para poder entrar e isso é que deu origem à situação do atraso. Tanto quanto soubemos isso hoje ficou resolvido, o senhor vereador esteve lá hoje numa reunião com a responsável da Docapesca, hoje foi o dia em que saiu de lá a última pessoa, que se libertou o último armazém e portanto a razão para a suspensão da obra é essa. Quem tem a gestão e a fiscalização da obra é a Polis, não é a Câmara, portanto a Câmara não tem nenhuma responsabilidade na gestão direta daquela empreitada. Do que soubemos, há um guincho para ser colocado, que já devia estar colocado há bastante tempo e que ainda não foi colocado e isso é responsabilidade da empresa, que não colocou porque terá havido um atraso na entrega desse equipamento, o ponto de situação é este, aquilo que nos foi garantido hoje é que dentro de cerca de oito dias a obra arrancaria e é uma obra importantíssima. O que devia relevar aqui é que se não tivesse havido empenho por parte da Câmara Municipal, não havia obra nenhuma na doca de pesca de Esposende isto é que é importante que se diga.

Quanto à questão do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios não está aprovada a revisão, as nós temos um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, agora, o ICNF tem o comportamento que tem tido sempre, que é de bloqueio e de criar constrangimentos em relação a quase tudo onde tem que dar parecer, mas a senhora vereadora e Vice-Presidente Alexandra Roeger poderá eventualmente dar algum esclarecimento adicional sobre esta matéria. Peço desculpa pela marcação do Conselho Municipal de Segurança, efetivamente já devia ter sido marcado, estamos a apontar para o dia 26 de abril, mas não sei se será possível, mas vamos tentar resolver essa situação em breve, há varias circunstâncias que carecem de ser discutidas.

Da deputada municipal Tânia Mota, quanto à questão das APE's já falei, dos bombeiros também já disse aquilo que pretendia em relação ao conjunto de apoios que damos.

Quanto à CNE - Comissão Nacional de Eleições, foi uma reação ferosa mas foi sentida e a seguir eu terei oportunidade para responder a esta questão, na resposta ao deputado municipal Tito Evangelista. O que me revolta neste processo todo não é a questão que falou de publicitar obra, se as obras já estão aí porque é que há necessidade de as publicitar, mas não é disso que se trata, trata-se de outras coisas, trata-se de um dever de informação aos munícipes, de prestar contas aos munícipes e ficamos impedidos de o fazer. Não tem a ver exatamente com as obras, a seguir falarei disso, mas as obras isso tem outro enquadramento, as pessoas quando usufruem da obra, acabam por efetivamente verificar que ela está ali, muitas vezes não sabem é as agruras que passamos para que elas se concretizem isso também é verdade e também há necessidade de explicar isso aos cidadãos, é um dever que eu acho que os cidadãos também têm. Mas a minha revolta advém precisamente de ver uns a fazerem tudo o que querem, o Governo que é abrangido pelas mesmas leis a fazer aquilo que quer e nós que não temos nada a ver com as eleições, aliás tem muito mais o Governo a ver com eleições Europeias, do que tem a Autarquia de Esposende e não podemos sequer publicitar ou dizer nada sobre aquilo que estamos a fazer, o que é completamente absurdo e que provocou a minha revolta, como provocou a revolta de todos os autarcas deste país e não só, mas principalmente dos autarcas. A Associação Nacional dos Municípios Portugueses manifestou-se completamente incrédula relativamente a esta matéria, toda a gente o fez um pouco por todo o lado, portanto não foi uma reação apenas, quanto ao adjetivo eu vou já explicar porque é que utilizei esse adjetivo.

De resto, da Nacional 305 como sabe há uma dúvida latente em relação a quem tem ou não tem que intervir naquela estrada que é lamentável mas é assim, teve a ver com a circunstância de um acordo com o IEP na altura e a Câmara e portanto, esta Assembleia pronunciou-se no sentido que a estrada regressava à origem e portanto não entrava nesse acordo de cedência ao Município e portanto temos aqui um problema, eles dizem que não, que é nossa, a Assembleia pronunciou-se a dizer que não é nossa, mas posso-lhe dizer que já está identificada, aliás há um ano sensivelmente do final do mandato anterior, preparamos um dossier para fazer uma intervenção de pavimentação numa zona que estava muito danificada e depois não conseguimos avançar com ela porque muito simplesmente não tínhamos jurisdição sobre a própria estrada, precisamente para pavimentar uma das zonas mais afetadas que lá estava.

Quanto à questão que me falou de Fão, eu sei que tem havido conversações com o senhor Presidente da Junta e com o senhor vereador, há algumas medidas que estão a ser tomadas, quanto à estrada propriamente dita de acesso ao Centro Escolar essa, nós temos um projeto de execução já feito, com uma estimativa orçamental superior a duzentos mil euros, eu não lhe sei garantir agora de cor, já tem pelo menos uns três anos esse estudo e chocava com a circunstância de umas cedências por parte de alguns particulares que não queriam efetuar essas cedências. Se o fizerem, nós temos o projeto pronto e poderemos eventualmente avançar, se não o quiserem fazer, teremos que eventualmente partir para uma situação de expropriação. Também é verdade e eu já o disse aqui que, se por ventura se vier a concretizar e a chegar a bom porto aquele negócio do Fão, com os investimentos que estão previstos, poderíamos eventualmente avançar com aquele troço da variante e a situação ficaria ultrapassada.

A suspensão da Ecovia do Cávado, falou das várias obras, esta deve-se a uma circunstância de haver um acordo verbal com determinadas pessoas que entretanto recuaram nessa intenção e portanto está para expropriação e posso dizer-lhe uma coisa, a empreitada vai ser fechada,

não podemos ter isto pendente muito tempo por via do financiamento europeu, porque era uma candidatura, vai ser encerrada, vão ser terminados alguns trabalhos, vai ficar mesmo no limite dessa propriedade, conseguimos agora aceder e o senhor Presidente da Junta tem feito um trabalho incansável, conseguiu-se agora aceder aos limites e vai ficar apenas preso por esses limites e vamos partir para a expropriação, portanto não há outra forma. Posso-lhe dizer é que entretanto já temos o projeto para a ecovia, para o troço todo até ao limite com Barcelos, numa estimativa de cerca de um milhão e oitenta mil euros.

Quanto ao Museu do sargaço o atraso tem a ver com o desenvolvimento da obra em concreto eu não lhe sei justificar, sei que tem a ver com questões de esclarecimento por parte do projetista, mas também tem a ver com as dinâmicas da própria empresa e é uma empresa que nos tem causado imensos problemas, a empresa que está a fazer esta obra e toda a gente sabe já, pelo menos daquela situação do saneamento do Lugar do Outeiro, é lamentável vamos tentar chegar a bom porto com estas empreitadas.

Quanto ao canal interceptor o facto de não ter data é o contrário do que disse, é mesmo o exercício de transparência, eu se lhe pusesse aqui uma data, podia eu estar a enganá-la, porque o que é que está em causa? Se fosse uma coisa que estivesse na mão da Câmara Municipal, eu dir-lhe-ia exatamente quando é que isso ia acontecer, o problema é que como sabe, isto é um processo extremamente longo, que teve a ver com expropriações, que teve a ver com a emissão da Declaração de Utilidade Pública, eu acho que chegarmos ao ponto que chegamos hoje é uma grande vitória, que muita gente achou que nós nunca íamos chegar aqui. Fizemos cento e cinquenta e tal acordos, temos a Declaração de Utilidade Pública emitida pela entidade que tinha que a emitir, temos neste momento a última vitória que tinha que ser feita, enviamos a DUP, o tribunal pediu-nos as vitórias "ad perpetuum rei memoriam", foram feitas e, houve uma reunião esta semana com a empresa DST, para preparar o início dos trabalhos, estamos neste momento a arrancar com as escrituras e a libertar frentes de trabalho. Não lhe posso dizer se é daqui a um mês, daqui a dois, sei que mau era se até ao verão não fosse, mas nós pusemos 2019, porque não nos podemos comprometer com uma coisa que não depende de nós, tem a ver com o tribunal como sabe, dar-nos autorização para assumirmos a posse administrativa dos terrenos, é só por isso que não estamos a pôr aqui a data correta, ao contrário do que disse, tem a ver com seriedade e transparência e não o contrário.

Quanto à navegabilidade do Cávado eu fiquei sem perceber se se referia à navegabilidade total do rio, ou só aqui da zona do estuário, na totalidade.

Nós temos feito um trabalho, fizemos um trabalho ainda aqui há tempos com a Câmara de Barcelos, tentar criar lobby, juntar à nossa volta outros municípios e tentar pressionar de alguma forma a Tutela, no sentido de olharem para o nosso rio e se poder intervir a esse nível, poder haver linhas de financiamento para isso, mas é uma preocupação muito grande que temos em relação a essa matéria, nomeadamente aqui a zona do estuário que eu penso que é aquela que nos afeta mais e a zona da barra. E muito se tem feito em relação a essa matéria mas não vou estar aqui a explicar mais, a não ser que queiram que o faça.

Quanto ao senhor deputado municipal Tito Evangelista, o Dr. Tito tem a capacidade de deturpar quase sempre aquilo que se diz, mas enfim, naturalmente com a ênfase que coloca nas suas intervenções e com o proveito político que julga retirar daí.

Em primeiro lugar não foi no discurso, eu convidava-o a aparecer nas nossas iniciativas, ia ver que as coisas até são interessantes e depois não cometia gafes destas, porque não foi no discurso, o meu discurso foi direcionado para o evento em particular, foi depois numas declarações que eu fiz à imprensa, questionado em relação a essa matéria, em relação à Comissão Nacional de Eleições, porque eu brinquei com a situação de nem saber se podia estar ali a fazer aquele papel, se podia estar ali no encerramento a entregar os prémios aos vencedores porque, em verdade a Comissão Nacional de Eleições podia muito bem entender aquilo como uma promoção, enfim violando as regras que tinha acabado de dizer e foi por isso que eu disse, quando eu disse anedótico foi em relação a esta matéria, o dr. Tito leu isso, leu depressa mas estava lá, diz: "em relação a este aspeto", eu peço-lhe que leia porque eu sei exatamente o que disse e por acaso tive atenção ao que disse. Eu disse em relação a este aspeto, eu só estou a clarificar esta situação porque uma coisa é classificar o país de anedótico como tentou fazer passar aqui o senhor deputado, outra coisa é dizer que, em relação ao parecer ao esclarecimento da Comissão Nacional de Eleições é anedótico, é completamente diferente porque depois disso leva a extravasar e a dizer que somos um país que tem oitocentos e tal anos, tem não sei o quê."

O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu, tendo transmitido ao deputado municipal Tito Evangelista, que iria pedir aos serviços para fotocopiar a referida publicação e distribuir a todos os membros da Assembleia Municipal uma cópia da notícia em causa, por forma a ficar esclarecido este assunto, para que não houvesse dúvidas, tendo de seguida passado a ler a referida notícia: *"porque adoro o meu país, a minha região, o meu concelho, estamos num país anedótico, apenas em relação a este aspeto"*.

Passou de seguida novamente a palavra ao senhor Presidente, para que terminasse os esclarecimentos às questões colocadas pelos senhores deputados municipais, tendo o mesmo referido:

"Quanto à questão da transparência já agora, em relação a essa situação sabe porque é que eu disse isso? Porque a verdade é que hoje os municípios, os autarcas em particular e não só, estão a ser objeto de um absurdo completo, são queixas constantes para o Ministério Público, investigações constantes da Polícia Judiciária e sabe a coberto de quê? A coberto da incompetência de muitas pessoas que não querem fazer nada, não fazem nada e tentam travar o exercício das funções através desse artifício porque isso é feito de forma cobarde, com queixas anónimas em que as pessoas não se identificam e é por isso que eu digo isto, por mais nada, de resto nós vivemos tranquilamente graças a Deus aqui na Câmara de Esposende.

Eu posso-lhes trazer aqui uma relação das vezes que a Polícia Judiciária tem vindo, o Ministério Público, é um absurdo, em relação a tudo e mais alguma coisa. Se há um concurso faz-se uma queixa, se há qualquer coisa é objeto de queixa. Isto não é novo, já houve tempos em que também foi assim aqui na Câmara de Esposende, mas é completamente ridículo, completamente absurdo e quando eu digo que se vai longe demais, é que estas coisas deviam ser feitas com critério e as pessoas que de facto acham que há qualquer coisa para dizer, assumiam-se, faziam a queixa, diziam fui eu que fiz a queixa e apresentavam-na e defendiam a sua posição e davam a oportunidade às pessoas até de esclarecerem, mas não, é uma forma cobarde de se fazer política e a minha revolta resulta disso e de mais nada e portanto, quando eu disse isso foi a pensar exatamente nesta situação.

De resto, falou do meu colega de Famalicão que eu muito prezo e é meu amigo, fico muito

satisfeito por vê-lo elogiar um autarca do PSD, de facto é uma característica nossa gerir bem e portanto a mim não me afeta minimamente eu não sou nada ciumento em relação a estas matérias, muito pelo contrário tenho elogiado muitas vezes o meu colega, claro que estamos a falar de um município que é só o terceiro município mais exportador do país, comparar Esposende com Viana, comparar Esposende com Famalicão, enfim, acho que devemos comparar-nos com os municípios de média dimensão, daqueles que estão dentro dos nossos níveis orçamentais em que se podem comparar efetivamente os rácios de execução orçamental, ou do que seja, mas fico contente, também é verdade que, também se poderia comparar com Braga por exemplo, que o meu colega Ricardo Rio herdou uma dívida monstruosa da gestão do Partido Socialista e também podíamos comparar com Braga com os níveis de execução neste momento, ou se quiser ao contrário, vamos a Caminha que o atual Presidente da Câmara tem extremas dificuldades em gerir uma dívida herdada por parte do PSD também, mas que não consegue debelar e que continua sempre a aumentar. Tem a ver com a forma de gerir, muito própria do Partido Socialista em relação a esta matéria, que é gastar, portanto gastar, gasta-se à tripa-forra e depois alguém há-de vir a seguir para resolver o problema.

Quanto às dívidas que levantou relativamente à alteração do PDM, eu percebo essa forma muito inflamada de falar, mas a verdade é que não bate a cara com a careta como se costuma dizer, estamos a falar de correções materiais, não estamos a falar de alterar PDM nenhum, ninguém vai mexer nas manchas de implantação, nada disso, nós só estamos a falar de parte escrita, de circunstâncias que efetivamente se denotou que, por exemplo um edifício em zonas de baixa densidade ter mais de 20 metros de fachada, não era esse o alcance que se pretendia e ficou assim e tem coartado e tem criado enormes dificuldades que não existiam no PDM anterior e que foi alterado e que, enfim passou, é daquelas situações que, por alguma razão existem as correções materiais e que se pretende que sejam alteradas. Por exemplo, índices de construção em zonas urbanizáveis que são de 0,60 - 0,65, não tenho a certeza do valor e quando são espaços urbanizados são de 0,8, ora a partir do momento em que o espaço é urbanizado não faz sentido manter-se o índice 0,65, são correções, circunstâncias mais do que claras e transparentes para toda a gente.

Tentar claro, eu sei que interessa criar aqui uma nuvem e dar a entender que há favorecimento, mas se entende assim, eu desafio-o a utilizar o tal estratagema das queixas ao Ministério Público, mas aqui sou eu que o desafio a que faça isso para perceber se de facto há aqui algum problema grave para ser debelado. O que lhe posso dizer é que em 2013 nós tínhamos trezentos mil euros de taxas urbanísticas e no ano de 2018 tivemos cerca de seiscentos e cinquenta mil, isso decorre em claro benefício não dos particulares mas em benefício do município, com aumento depois das receitas através do IMI, através das taxas urbanísticas, ligações de água, ligações de saneamento, com o desenvolvimento do próprio município para além do emprego que gera a nível local nas empresas que fazem essas mesmas obras. Transportar isso para outros patamares, isso já é ficção e da grande.

Já falei da questão dos bombeiros, da questão da Comissão Nacional de Eleições, quanto à questão dos familiares, essa por acaso dá-me para rir, porque eu não tenho nenhum familiar meu a trabalhar na Câmara e estou aqui há nove anos, muita gente tem em todo o lado, mas no Governo do Partido Socialista, posso-lhe dizer que é um exagero e agora virem legislar sobre esta matéria, ainda é mais absurdo, só há duas coisas que são necessárias é completamente ridículo, cai-se no absurdo de contratarem tudo o que é assessores e Secretários de Estado e Ministros, tudo familiares e agora vão legislar sobre isto, vão dizer não pode ter um primo, não pode ter a irmã, não pode ter o irmão, isto é completamente

absurdo, sabe o que é que fazia falta, certamente também teve essa cadeira no seu curso Ética e Deontologia Profissional. Eu por acaso até fiz uma formação extra nessa matéria, bastava a ética para não se fazer esse tipo de coisas, e depois, há outra coisa também que é muito Portuguesa, que é vergonha na cara, também e uma coisa simples que deve andar por aí por todo o lado, se houvesse um bocadinho de vergonha na cara, nada disso existia, caiu-se no ridículo completo e isso tanto serve neste Governo PS, como dumas recentes notícias que saíram num Governo do Cavaco Silva em que também havia umas relações familiares, é ridículo em todo o lado. Eu sou Presidente da Câmara em Esposende e a mim ninguém me pode acusar de nada disso, por muito que vos custe, sempre tentei manter a minha postura enquanto autarca, dessa forma, portanto no fundo, quem acaba por entrar nesses caminhos depois tem que pagar uma fatura pública que não está a agradar, agora não fosse uma certa cobertura de todas estas situações e o Governo Socialista teria aqui um problema gravíssimo para resolver mas, quando o próprio Presidente da República também vem dizer que se deve legislar sobre a matéria, eu já me calo um bocadinho porque enfim, há um protecionismo exacerbado em relação à atuação do Governo, mas isso são outras questões.

Quanto à questão de dizer que eu relativamente ao António Costa, que ele é um aprendiz ao pé de mim, eu não sei o que é que o leva a dizer isso, nós temos obras enormes de valor exorbitante que nem sequer tiveram direito a lançamento de primeira pedra e dou-lhe um exemplo muito concreto, a obra da Secundária Henrique Medina, com a participação do município de Esposende, nem sequer teve direito, essa como muitas outras, várias obras que nós lançamos, aliás muitas obras estão terminadas neste momento que nem sequer foram inauguradas. Portanto se nós nem sequer isso fazemos como é que pode dizer o que diz em relação à comparação com António Costa.

De resto Senhor Presidente, não tenho mais nenhuma questão aqui para responder.”-----

Terminada a intervenção do Senhor Presidente para responder às questões sobre a informação escrita, o senhor Presidente da Assembleia Municipal entrou no Período da Ordem do Dia, informando nos termos regimentais o público presente que se podia inscrever para intervenção no Período de Intervenção do Público, no final da presente sessão.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs neste momento e uma vez que os pontos do 02.01 ao 02.08 eram apenas para conhecimento, questionar se havia alguma questão acerca dos mesmos, tendo pedido a palavra o senhor deputado municipal Tito Evangelista, a senhora deputada municipal Tânia Mota e o senhor deputado municipal Manuel Carvoeiro.

Dada a palavra ao deputado municipal Tito Evangelista, o mesmo referiu:

“É dirigido ao senhor Presidente da Mesa, ou à Mesa porque no Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, na página 4/6, logo no terceiro ponto diz assim: “resposta a todos os pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal”, que o senhor Presidente da Câmara dá cumprimento a todos os pedidos, ora eu requeri na Assembleia Municipal de junho por escrito ao senhor Presidente da Mesa que a Câmara me desse todo o procedimento concursal da empresa Geofuture, que tinha sido discutido nessa Assembleia e passados 10 meses continuo à espera que me entreguem a cópia

de todo o procedimento concursal conforme foi requerido. Portanto, ou a mesa não cumpre, ou a Câmara não cumpre, alguém aqui não está a cumprir.”-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio, tendo referido: *“Senhor deputado, eu lembro-me vagamente desse pedido e penso que o despachei na hora para a Câmara Municipal e portanto os serviços devem ter isso registado, logicamente que pedi também para responder diretamente, não precisa de haver aqui um intermediário, porque se o pedido é feito numa Assembleia, dirigido à Mesa para o senhor Presidente responder, o que faz sentido é que a Câmara responda diretamente ao deputado municipal. Lamento que tenhamos deixado passar 10 meses, podia-me ter alertado logo no mês seguinte, ou na sessão seguinte para eu questionar novamente a Câmara Municipal. Dever-me-ia ter chegado essa informação para eu chamar a atenção da Câmara Municipal, mas penso que os serviços têm aqui, vou-lhe fazer chegar a cópia do despacho que dei na altura. Vou fazer uma pesquisa internamente e logicamente vou reforçar à Câmara Municipal, se não o fez, para responder de imediato; mas vou também fazer chegar esse despacho que fiz na altura e fica aqui uma recomendação da Mesa para que, sempre que haja um pedido à Mesa e não seja respondido, que nos façam chegar esse alerta. Contudo fica aqui essa ressalva e tem todo o direito de fazer esse reparo do qual eu, enquanto Presidente da Mesa me penitencio.”*-----

De seguida deu a palavra à deputada municipal Tânia Mota, tendo a mesma referido:

“Quanto a este mesmo ponto, quanto a esta mesma situação, queria perguntar qual é o tempo médio de resposta e isto porquê? Porque como é aliás do conhecimento público, eu em tempos requeri também o acesso aos documentos relacionados com o Centro de Negócios e esses documentos demoraram a chegar, aliás tanto demoraram a chegar que só chegaram passado um dia ou dois a eu ter tornado pública a situação. Ora no momento em que eu tornei público para o povo saber, um dia ou dois, o documento foi-me entregue. Mas antes disso, eu tinha feito o requerimento, tinha já lembrado numa Assembleia seguinte, tinha ido aos serviços solicitar o documento, tinha feito contactos e ainda assim o documento demorou a chegar, de facto demorou a fazer-se e aquilo que, no fundo questionava é, qual é o tempo de resposta e se é tão custoso assim entregar os documentos ou apresentar as informações que os deputados municipais solicitam e o motivo da demora.”-----

Por fim foi dada a palavra ao deputado municipal Manuel Carvoeiro, tendo o mesmo referido:

“Uma vez que este grupo político que está à minha frente sobre isto se cala, e isso é lá com eles, eu gostava de saber e a questão é esta, o Sr. Vereador João Cepa dirigiu recorde-me, porque o tornou público, um conjunto de questões, fez um conjunto de requerimentos dirigidos à Câmara e disso fez eco público e eu gostava de saber se alguma vez essas questões, esses muitos requerimentos foram ou não respondidos pela Câmara Municipal, tanto mais que este grupo político na altura, fez questão de tornar, eu não estou a colocar aqui em causa a substância e a pertinência do que foi requerido e das informações pedidas, gostava de saber se foi respondido ou não. Isso tem a ver com o exercício do direito de oposição. Obrigado Sr. Presidente.”-----

Questionados os deputados municipais pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal sobre se haveria mais algum pedido de esclarecimento relativamente os assuntos em apreço, solicitou novamente a palavra a senhora deputada municipal Tânia Mota, tendo a mesma referido:

“De forma muito rápida, olhando e tendo analisado o relatório e as contas do exercício de 2018 da esposende Ambiente, aquilo que eu aqui perguntava e sendo que o custo da água aqui em Esposende é muito elevado, a minha pergunta é para quando se pensa baixar o preço da água, relativamente a esse assunto.

Entretanto relativamente aos pontos 02.07 e 02.08 que dizem respeito aos Relatórios de Acompanhamento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, começando pelo Relatório de Acompanhamento, eu diria que, e sendo certo que o Plano também reproduz muito do que está no Relatório, eu diria o seguinte, estes relatórios ainda dão algum trabalho a ler, nós ainda temos que perder aqui algum tempo a ler e, porque é que eu digo isto, porque eu fico com a sensação que, está aqui muita coisa escrita, mas está ali dito alguma coisa? Eu diria, muito pouco ou nada, e isto porquê? Porque é tudo muito geral e abstrato, é tudo muito na base dos princípios e dos critérios gerais, do enquadramento das normas que tipificam ou que penalizam a corrupção e as infrações conexas, mas bom, para isso certamente os senhores deputados municipais, quanto ao enquadramento jurídico e quanto às consequências, com um bocadinho de análise e tempo de reflexão, também lá chegam, embora possa facilitar, estar a informação toda reunida. Mas depois entretanto, se baixarmos aos critérios propriamente ditos, muito bem, estão lá alguns critérios, eu só gostava de perceber é, como é que se chegou aqueles critérios? E casos concretos para apresentar a esta Assembleia, há ou não há?

Quando se fala de riscos moderados, porque é que se conclui que os riscos são moderados houve alguma situação que fosse de identificar? Caso tenha havido porque é que não vem aqui identificada? Porque é isto que nos interessa saber, não é meramente falar em geral e abstrato parece-me esta informação, que bem lido isto, eu fico exatamente no mesmo sítio onde estava antes de a ter lido, porque a verdade é que fico sem saber nada e a minha sugestão aqui seria, muito bem, esta fase inicial do enquadramento, facilita-nos o trabalho, também não era preciso repetir tanto em ambos os documentos, mas depois gostava que baixassem à realidade do dia-a-dia. Há situações ou não, que sejam possíveis de quantificar e se há, quais são as mais sensíveis, e depois gostava também de perceber outra coisa que é provavelmente falha, ou dificuldade minha, não consegui identificar, quando se fala aqui em risco moderado e aqui no nível 3, penso que isto é um amarelo, estamos a falar da tabela alta 3 moderado, eu penso que sim, mas esta tabela não é de muito fácil compreensão, pelo menos na minha opinião, e gostava de perceber exatamente, para além destes grandes princípios e destas ações de fiscalização todas aqui identificadas, porque é que se conclui assim, porque não há aqui informação, não consigo perceber, como é que se conclui assim e gostava de um esclarecimento e muito honestamente os princípios gerais são muito bons, mas não dizem nada.”

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal passou a Palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que foram suscitados, acrescentando ainda que:

“Estas questões do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas estão muito explicadas na lei e portanto se virmos bem a lei, é um pouco isso que lá está consagrado, sendo que sempre que há casos identificados e não estou a querer tomar posição por ninguém, obrigatoriamente a entidade pública, ou privada, qualquer um de nós que tenha conhecimento de crimes, tem o dever de os comunicar à autoridade competente para instruir o processo criminal.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Senhor Presidente, relativamente aos vários pedidos que são feitos, isto é uma questão administrativa, portanto é verificar com os serviços o porquê de terem sido, ou não terem sido entregues os documentos. Nem todos os dossiers, nem toda a situação são acessíveis da mesma forma, nós tivemos dúvidas inicialmente, nomeadamente sobre a questão da proteção de dados, tínhamos dúvidas se havia elementos que podiam ou não ser cedidos, consultamos a CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos relativamente a esta matéria e sei que relativamente à situação do senhor vereador João Cepa, uma parte substancial foi respondida, não sei se foi a totalidade, neste momento não estou em condições de responder a isso, mas poderei fazê-lo por escrito se assim o entenderem, contudo terei que consultar os serviços primeiro, não estava preparado para esta pergunta como devem imaginar.

Quanto à questão do prazo médio é como diz tem a ver com os processos, com a sua complexidade, há uns mais rápidos, alguns imediatos até, e outras situações nem tanto. No entanto de qualquer maneira, também nada impede que, os senhores deputados possam dirigir-se à Câmara e consultar os processos de forma praticamente imediata, não há nada que impeça isso, desde que o requeiram.

Quanto à questão da água que levantou, de baixar ou não baixar a água, eu recordo o contrário, ou seja, nós já não subimos a água há oito anos, desde 2011, eu não vou dizer se é cara ou barata, eu também sou cliente da Esposende Ambiente, também pago a minha fatura ao final do mês, a questão que se coloca é um pouco por outro lado, eu vejo quem pratique preços muito mais baixos mas não cumpra as orientações da ERSAR, no sentido da sustentabilidade, que estejam carregados de dívidas e é preciso não esquecer que durante este tempo todo houve inflação, o custo da água, nós compramos a água, há muitos fatores aqui e eu não vou dissecá-los todos mas há um que é fundamental, que é ter captações próprias, ou não ter captações próprias. Quem tem captações próprias, ou tinha captações próprias, praticava um preço completamente distinto, de quem tem que comprar água às Águas do Norte, porque essa é tabelada pela ERSAR e está lá quanto custa o metro cúbico e quanto é que pagamos pelo tratamento dos efluentes na entrada da Etar e não há mais nada a fazer senão pagar. E depois ainda temos um conjunto de outros problemas, taxas de ligação que infelizmente nós fazemos infraestruturas e depois as pessoas não ligam, acessos indevidos, pessoas que descarregam saneamento sem terem autorização para tal, os níveis freáticos em Esposende são gravíssimos, que é uma zona muito baixa, tem muitas infiltrações na rede e depois é tudo pago em metros cúbicos à entrada da Etar e são as perdas de água, mesmo assim na ordem dos 20% por aí, o que é praticamente impossível baixar para os 15%, é muito difícil e temos sorte ainda porque as redes são relativamente recentes, mas há sempre uma fuga de água aqui e ali que acontece e quem paga, tem que pagar a manutenção do sistema, é assim que funciona é a universalidade do sistema para todos. Portanto, respondendo diretamente à sua pergunta, quando é que vamos baixar o preço da água, eu não perspetivo isso, não vou ser hipócrita, dizer que nós não fazemos promessas que não podemos cumprir. Eu só sei é que há oito anos, desde que eu estou na Câmara, que nunca subi a água, isso é o que lhe posso dizer, desde que eu tenho responsabilidades na Câmara Municipal, agora se vou baixar ou se não vou baixar, eu acredito que havia uma forma de isso acontecer, se toda a gente que tem os sistemas disponíveis se ligasse, provavelmente conseguiríamos gerar um equilíbrio na empresa, que permitisse baixar um pouco, mas a não acontecer isso, não vejo isso com muita probabilidade a curto prazo, sendo totalmente honesto convosco, não vejo isso como uma possibilidade para breve.

Quanto às questões que colocou, e esta questão da estabilidade financeira é fundamental, lembrem-se que nós temos uma empresa que é 100% capital do município é nossa, é da Câmara, é como se fossem os serviços municipais, é exatamente a mesma coisa e isso é muito importante, aliás vê-se aí exemplos de municípios vizinhos que, no fundo tentaram um modelo de negócio diferente e resultou em dívidas de noventa milhões de euros, por aí, o que se fala aí na imprensa, é muito dinheiro e uma descapitalização da empresa, a empresa em risco, portanto são situações muito delicadas. Nós temos uma empresa estabilizada, as contas estão aí, com uma dívida baixíssima e super eficaz acredito eu ninguém tem queixas relevantes relativamente à empresa e isso é perfeitamente visível.

Quanto às questões que colocou sobre o Plano anti corrupção, eu pedia à senhora vereadora Eng.ª Alexandra Roeger para explicar essa situação.-----

A senhora Vereadora Alexandra Roeger interveio nos seguintes termos:

“Nós até entendemos que este documento foi elaborado de uma forma muito simples, porque de facto ele tem sido copiado pela maior parte dos municípios, como um documento de referência. Este documento tem uma descrição das funções que são desenvolvidas em cada uma das áreas da empresa, nomeadamente tem associados os processos que estão inerentes ao sistema de gestão da qualidade. Depois é feita aqui uma ligação entre aquilo que são as responsabilidades do enquadramento no código penal, de todas as questões associadas quer à corrupção, quer aos crimes conexos e, depois é feito o cruzamento, precisamente do que pode acontecer em cada uma das áreas funcionais e, como é que nós conseguimos medir o peso ou a relevância do que pode potencialmente acontecer, para isso nós também utilizamos uma metodologia que é utilizada nos planos de segurança da água, e utilizada de uma forma geral no setor, que tem a ver com a classificação do risco, que pode ser com uma probabilidade baixa, média, alta e uma gravidade de consequência baixa, média ou alta. Isto cruza e dá de facto uma medida da graduação do risco e é em função desta graduação do risco, que cada uma das situações associadas ao código penal e cruzadas com as várias áreas de intervenção da empresa, que ficamos a saber, qual é o risco de acontecer determinada situação. Isto tem a ver com o Plano, depois o resultado; é feita uma avaliação de todos aqueles documentos que acabam por traduzir o que é o resultado da atividade da empresa, os Relatórios e Contas, os Relatórios de Auditorias, as Revisões pelo ROC, etc e todos esses documentos vão verificar de facto se há alguma destas situações que aconteceu. Portanto, isto é um documento extremamente simples e extremamente claro.”-----

Pedi novamente a palavra a senhora deputada municipal Tânia Mota, para fazer um pedido de esclarecimento:

“Eu percebo isso, aliás é isso que resulta daqui, mas isso na minha modesta opinião e com todo o respeito é assim, o que eu pergunto é, então nos serviços, quando as pessoas estão a dar informação, quando entram requerimentos ou pedidos, como é que vocês avaliam o risco que existe, compreende o que eu quero dizer? Se o A conhece o B, se o C conhece o B, estas coisas acontecem e é a este nível, não será tanto ao nível mais alto, mas estamos a falar aqui de um nível intermédio e a esse nível, como é que isto se avalia, é que daqui, lamento mas não resulta.”-----

A senhora Vereadora Alexandra Roeger esclareceu nos seguintes termos:

“Um pedido de ligação tem que ser feito de acordo com os seguintes passos, é emitido um parecer, uma informação, e esta informação se for aí ao seu documento, tem que verificar a discricionariedade da emissão do parecer. Então, vai olhar para a tabela e vai verificar em termos de probabilidade de ocorrência se é provável haver aqui alguma discricionariedade ou não, na emissão deste parecer, e depois vai avaliar se a gravidade existe e depois vai avaliar o risco fazendo aquela conta e vai avaliar o risco que está aqui associado. Esta situação em concreto se se verificar que tem um risco acima do moderado, tem forçosamente que ser avaliada por via destes instrumentos destes instrumentos que eu refiro, por exemplo, das auditorias internas, das auditorias do ROC, do Relatório e Contas, e ao avaliar se isto aconteceu ou não nesses documentos, estamos a falar de uma situação cuja probabilidade de ocorrência ou risco é verde, ou é nenhum, nós não vamos obrigatoriamente ter um documento para verificar se aquilo aconteceu ou não porque o risco é nulo digamos assim, ou é quase nenhum. Portanto, nós vamos é focar-nos de facto nas situações que podem acontecer e tem aqui alguns cor-de-laranja, por exemplo tem aí um que tem a ver com as questões de favorecimento aquando da fiscalização, é algo de que resulta um relatório de fiscalização que depois é avaliado, é feito pelo fiscal e depois é avaliado pelo diretor de departamento e depois é um documento que entra para a administração e que é avaliada em sede de Conselho de Administração, no fundo entra no registo daquilo que são as obras, certo? Portanto, tudo isto tem estes instrumentos e tem ali a listagem das medidas preventivas que podem ser assumidas, nomeadamente a verificação por via desses documentos.”

Pediu novamente a palavra a senhora deputada municipal Tânia Mota, tendo referido: *Agora fique esclarecida, mas o que acabou de explicar não resulta desse documento, eu lamento mas não resulta do documento.”*

A senhora Vereadora Alexandra Roeger esclareceu nos seguintes termos:

“No âmbito do sistema de gestão da qualidade existe um procedimento que está associado à avaliação de risco e esse procedimento é um procedimento onde está um fluxograma feito naqueles programas vision, onde tem o fluxograma de todos os passos que são seguidos, imagino que esteja associado a este programa.”

02.01 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO NO ANO DE 2018 - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA H) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, CONJUGADO COM O Nº 2 DO ARTIGO 10º DA LEI Nº 24/98, DE 26 DE MAIO.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de março de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no Ano de 2018, nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de maio. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

02.02 – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O PONTO 2.3 DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.-----

De harmonia com o ofício nº 16/SAOA/2019, de 02 de abril de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, os pedidos de isenção de taxas e de ratificação de pedidos de isenção de taxas, concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do ponto 2.3 das medidas provisórias aprovadas na sessão de 30 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.03 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O ARTIGO 11º DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO.-----

De harmonia com o ofício nº 17/SAOA/2019, de 02 de abril de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, contratos de investimento ao abrigo do regulamento de concessão de incentivos ao investimento, de acordo com o artigo 11º do regulamento de concessão de incentivos ao investimento. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.04 – RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2018 - ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de março de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório e Contas do exercício de 2018 da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.05 – RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO - ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M. - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 54º DA LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de março de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM, nos termos do nº 2 do artigo 54º da Lei nº 133/2013, de 03 de outubro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.06 – RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 - EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de março de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório e Contas do exercício de 2018 da EAmb – Esposende Ambiente, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.07 – RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – 2018 - EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de março de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Acompanhamento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2018 da EAmb - Esposende Ambiente, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.08 – PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – 2019 - EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de março de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2019 da EAmb - Esposende Ambiente, EM, nos

termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, na redação dada pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.09 – DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA LEI Nº 50/2018. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de março de 2019, foi presente na sessão proposta no sentido de, sem prejuízo de assumir o compromisso de até junho de 2019 reavaliar a sua posição, para que no ano de 2020 se possa tomar uma decisão diferente, neste momento e para o ano de 2019, comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais que o Município de Esposende, não pretende assumir nenhuma das competências transferidas pelos seguintes diplomas sectoriais:

Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, o qual “(...) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11º e 31º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.”, bem como “(...) regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação.”

Decreto-Lei nº 23/2019, de 30 de janeiro, o qual “(...) concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13º e 33º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.”, bem como “(...) procede à sétima alteração ao Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Leis n.os 81/2009, de 2 de abril, 102/2009, de 11 de maio, 248/2009, de 22 de setembro, 253/2012, de 27 de novembro, 137/2013, de 7 de outubro, e 239/2018, de 14 de outubro.” Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante. -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto. -----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 27 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, DO PCP, DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE, NESTE MOMENTO E PARA O ANO DE 2019, COMUNICAR À DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS QUE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE NÃO PRETENDE ASSUMIR NENHUMA DAS COMPETÊNCIAS TRANSFERIDAS PELOS SEGUINTE DIPLOMAS SECTORIAIS: DECRETO-LEI Nº 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, O QUAL “(...) CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 11º E 31º DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO.”, BEM COMO “(...) REGULA AINDA O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE

EDUCAÇÃO.”-----
DECRETO-LEI Nº 23/2019, DE 30 DE JANEIRO, O QUAL “(...) CONCRETIZA A TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE, AO ABRIGO DOS ARTIGOS 13º E 33º DA LEI Nº 50/2018, DE 16 DE AGOSTO.”; BEM COMO “(...) PROCEDE À SÉTIMA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI Nº 28/2008, DE 22 DE FEVEREIRO, ALTERADO PELOS DECRETOS-LEIS N.OS 81/2009, DE 2 DE ABRIL, 102/2009, DE 11 DE MAIO, 248/2009, DE 22 DE SETEMBRO, 253/2012, DE 27 DE NOVEMBRO, 137/2013, DE 7 DE OUTUBRO, E 239/2018, DE 14 DE OUTUBRO.”-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Remetemos para a declaração de voto que fizemos em propostas similares que já vieram à Assembleia e pelo erro que entendemos que está a ser o comportamento da maioria. No entanto, para além disso, não posso deixar de referir, porque já o fiz da primeira vez e porque o erro se repete o que achamos uma falta completa de consideração por esta Assembleia Municipal e por este Município, que o senhor Presidente da Câmara na página 3 da sua proposta, comece o segundo parágrafo a dizer: “O PSD sempre defendeu o princípio da subsidiariedade”, isto é o município, não é o PSD e o senhor Presidente da Câmara trata a autarquia e o partido como se fosse uma e a mesma coisa. Já é a segunda vez que eu chamo a atenção disto e repete-se a mesma coisa. Nós estamos na Assembleia Municipal de Esposende, não estamos na sede do PSD a aprovar propostas do partido. Nós somos eleitos deputados municipais, não somos eleitos deputados do PSD e portanto, é uma falta de respeito, uma falta de consideração, já aqui foi chamada a atenção. Apesar de não ser uma proposta nova porque tem a data de 25 de março de 2019, é a mesma coisa e acho que há que haver um bocado de respeito pelos deputados municipais e pelos munícipes.”*-----

Pelo membro do Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Apenas para dizer, que voto favoravelmente a proposta da Câmara Municipal, aliás em linha com a forma como já votei anteriormente esta questão da transferência das competências para as autarquias e, nessa precisa medida, remeto para a nossa posição e para a nossa declaração de voto já apresentada em anteriores Assembleias: votamos favoravelmente a proposta da Câmara por um conjunto de motivos que vou passar a esclarecer, mas desde logo, talvez pudesse resumir no seguinte, a Administração Central quererá, ou diz que quererá descentralizar, mas centralizando recursos, nomeadamente financeiros e os recursos humanos.*

Não temos dúvidas de que as autarquias constituem um veículo essencial no domínio da descentralização de políticas e do desenvolvimento económico e social das populações. Essenciais na oferta de serviços públicos de qualidade aos portugueses, integrando a primeira linha e a mais próxima de apoio, em áreas tão relevantes como a saúde, a ação social, a valorização e a dignificação de equipamentos educativos e a habitação social.

A descentralização entendemos, é essencial para um efetivo e melhor desenvolvimento económico e social de toda a população Portuguesa.

No entanto, o processo de descentralização que vem sendo conduzido, tem-se traduzido numa grande confusão e assim é, porque há avanços, há recuos, há prazos sistematicamente prorrogados, há indefinições, há falta de estudos, análises e dados concretos, nomeadamente no que se refere aos meios necessários para a descentralização de competências.

O processo de descentralização envolve três peças fundamentais e complementares entre si e são elas, a Lei-Quadro, os Diplomas Sectoriais sendo que alguns foram já entretanto aprovados e a Lei das Finanças Locais, que deviam no nosso entendimento ter sido discutidos, estudados, desenvolvidos e aprovados simultaneamente, porém, todos sabemos que não foi isso que aconteceu.

É fundamental que a descentralização a efetivar seja uma verdadeira descentralização do poder de decisão, e já não, e aqui até pedindo um reforço da vossa atenção, uma mera transformação dos municípios em serviços de manutenção local, ou tarefeiros como já aqui se disse, das Direções-Gerais, Institutos Públicos, enfim, no fundo, da Administração Central.

É também certo que, deve o Governo assegurar e garantir todos os meios técnicos, recursos humanos, financiamento, para o efetivo cumprimento das novas competências pelo Poder Local.

Além disso, também deve o Governo prestar todos os esclarecimentos e remeter às Autarquias e às entidades Intermunicipais, todas as informações necessárias ao exercício dessas funções e dessas competências e de facto, enquanto isto não acontecer e entendemos que não aconteceu, entendemos que de facto, a Autarquia deve rejeitar, como rejeitou, o exercício destas novas competências.

Obrigada."-----

02.10 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE - ANO DE 2018, NOS TERMOS DA ALÍNEA L) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de março de 2019, foi presente na sessão, para aprovação, o Relatório de Gestão do Município de Esposende referente ao Ano de 2018, nos termos da alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

O Sr. Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, interveio nos seguintes termos:

“Senhor Presidente, na página 16 do Relatório de Gestão, no capítulo que tem a ver com trabalhadores portadores de deficiência, num tempo e bem em que se fala da inclusão, da importância de colocar nas empresas públicas ou privadas trabalhadores deficientes, nesse tempo em que se valoriza precisamente a inclusão evitando discriminações e favorecendo o direito ao trabalho daqueles que, têm mais dificuldades em obter o mesmo, constato que, num total de 201 trabalhadores deste município, apenas 1 pertence aos quadros deste município. Este dado apresentado em qualquer conferência sobre problemáticas da inclusão, certamente que deixaria não só os responsáveis do município, mas a todos nós membros desta Assembleia, profundamente envergonhados. Não pode ser e temos que pensar nisto.

Página 20 verso do mesmo documento diz assim: “no ano 2018 foram contabilizados 4.090,5 dias de ausência, apresentando um aumento de 935,5 dias relativamente ao ano anterior. Do total de ausências, 2.987 das foram motivados por doença de trabalhadores, mais 943 dias do que em 2017, representando cerca de 3% do total e um aumento de quase 9% relativamente ao ano anterior.”

Nós que andamos na rua falamos com as pessoas e também com trabalhadores desta Autarquia, alguns dão nota de climas e ambientes de trabalho complicados na Autarquia e eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara, claro que não vou identificar quem é senhor Presidente, mas não é só uma pessoa, são várias pessoas e eu pergunto-lhe senhor Presidente se este aumento de ausências ao trabalho se tem ou não a ver, ou se tem alguma avaliação sobre precisamente a situação do clima e ambiente de trabalho que se vive nesta Câmara Municipal, se as condições de trabalho e as garantias de trabalho são acauteladas e garantidas de forma igual para todos e portanto, é uma questão que coloco ao senhor Presidente.

Postas estas notas prévias senhor Presidente, se outros argumentos não tivesse para votar contra este documento, a sua intervenção a propósito da recomendação que fiz sobre a escola das Marinhas emerge como um argumento de peso para vertebrar o meu voto contra para este documento. Sem o querer ofender senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente fez aqui um discurso Salazarento quando o estribou de forma voluntária, consciente e direi deliberada, estribou no fundo a não intervenção naquela escola, socorrendo-se dizendo pelos de antanho que são atentatórios dos direitos das crianças e da infância. Chamou à colação os tempos duros do antigamente, os tempos duros de quem teve tantas e tantas dificuldades para aceder e ir à escola, dizendo que se passamos nós desse tempo e os nossos pais passamos mal, porque não podem as crianças dos tempos de hoje também passar mal, o senhor defendeu os tempos das crianças que para a escola iam descalços e a tiritar de frio, como eu fui, sim senhor Presidente também eu fui. Diz o senhor Presidente, qual é o problema que apanhem chuva, que apanhem frio, qual é o mal? Lembro aqui e faço um parêntesis, há um diretor no norte do país numa escola, num agrupamento que acaba de estar envolvido num processo disciplinar porque pôs em prática aquilo que vai na sua cabeça, disse assim: "podem fazer educação física apanhando chuva e frio" e por isso tem um processo às costas, quando efetivamente concretizou e pôs alunos a apanhar muito frio e muita chuva e agora tem um processo disciplinar por ter essa atuação. Qual o mal que apanhem frio disse o senhor Presidente, porque no fundo o senhor Presidente preconiza isto e é por isso que, na intervenção que neste momento decorre na Henrique Medina, o senhor Presidente depois de muito alertado nesta Assembleia e noutros fóruns, mandou para as calendas, mandou às malvas o problema do conforto térmico que existia na escola e que a intervenção que está a decorrer não vai resolver, o problema do frio das crianças e jovens, e professores, e existentes operacionais, e técnicos, que naquela escola apesar de obras de fachada vão continuar a passar frio. O senhor Presidente diz que é sensível eu até nem ponho em dúvida isso, mas tem que demonstrar com atos nas pequenas e grandes intervenções desta Câmara.

O problema na escola das Marinhas é um problema sentido há anos, eu ando reiteradamente nesta Assembleia a trazer o problema da escola para que seja resolvido e é grande a vossa insensibilidade."

O Presidente da Mesa interrompeu nesse momento para chamar a atenção do senhor deputado municipal para o facto de ter que se cumprir as regras e o Regimento e o assunto em discussão é o Orçamento, pelo que tinha dois minutos para colocar uma questão ou as questões que entendesse pertinentes sobre a matéria em discussão e não era o que estava a fazer, pelo que se pretendia fazer uma declaração de voto não era esse o momento para o fazer.

De novo na posse da palavra o Sr. Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, acrescentou:

“Mesmo para terminar senhor Presidente eu reforço o meu voto contra, quando constato que este Relatório de Gestão não resolve problemas como este que acabo de abordar e de forma alegre e contente vejo as rubricas de publicidade/propaganda e estudos e pareceres com níveis elevados de execução, tudo quando o senhor Presidente alegre e contente afirma que tem um saldo corrente de quatro milhões e oitocentos mil euros e faz esta afirmação quando nega um simples passadiço para proteger crianças na escola das Marinhas, só isto é suficiente para votarmos contra este documento que é muito importante por sinal. Obrigado senhor Presidente.”-----

O Sr. Deputado Municipal, Penteadó Neiva, interveio nos seguintes termos:

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

A Câmara Municipal de Esposende continua na senda do bom desempenho financeiro diminuindo dívidas e obtendo excelentes resultados que permitem pensar, de forma sustentável, nos seus investimentos, tendo para isso bem garantida, com receitas próprias, a contrapartida nacional das obras financiadas. Controlo e equilíbrio das contas é um passo fundamental e uma garantia para as gerações vindouras. Neste momento de apreciação e votação das contas do município, e tal como fizemos noutros anos – e não nos enganamos – queremos expressar à Câmara e a todo o Grupo Público Municipal, que continuamos a acreditar que os eleitores de Esposende fizeram as escolhas certas, e que a forma consciente de gerir os dinheiros públicos só nos pode dar indicadores de que o caminho é esse e que Esposende está no rumo certo.

O grau de execução orçamental ultrapassa os 80% e pela análise dos resultados é fácil depreender que houve cuidados redobrados em não desequilibrar as contas e chegar até hoje com um saldo orçamental a rondar os 4,8 milhões de euros. É notório o aumento da receita e isso significa, também, contrariando os arautos da desgraça, que houve uma nítida aceleração económica e investimento no concelho, plasmado no aumento do IMI, do IUC e do próprio IMT.

Continuar a trabalhar pelo desenvolvimento sustentado do nosso concelho aplicando uma sustentabilidade financeira que estes documentos espelham, só nos pode deixar descansados e cientes de que continuamos a ter um Presidente e uma maioria de que o Município de Esposende precisa.

Assim, o Grupo Político do PSD nesta Assembleia não deixará de votar favoravelmente o Relatório de Gestão do ano de 2018.”-----

A Senhora Deputada Municipal, Tânia Mota, interveio nos seguintes termos:

“Começaria por falar e atendendo até à necessidade que o senhor Presidente da Câmara teve de justificar a esta Assembleia o elevado aumento dos custos com o pessoal é precisamente por aí que eu vou começar, de facto houve aí uma necessidade relevante de no fundo justificar. Porque de facto e embora eu possa perceber que, houve os reposicionamentos remuneratórios e que a lei é para cumprir, pois é evidente que é, não está em questão o que é devido aos trabalhadores é para pagar, também tenho depois aqui algumas questões, nomeadamente na página 16, quando falamos nos trabalhadores admitidos e regressados, sendo que faz-se

referência à admissão de 51 trabalhadores, sendo que, e é destes que vou falar especialmente, 37 foram por procedimento concursal e aqui chegada eu gostava de perceber e de questionar o seguinte que é:

Primeiro, num município à escala do nosso, a que se deveu a necessidade destas contratações nesta escala;

Segundo, se houve contratação, se foram admitidas pessoas e se regressaram pessoas nesta escala, falamos de 51 pessoas, não são 5, não são 10, não são 15 nem 20, são 51 que é o que diz aqui, eu pergunto depois então como podemos justificar, embora as atividades do município sejam para acontecer, não estou contra as atividades do município, a minha questão aqui é como se admitem tantas pessoas e depois se justifique a necessidade de trabalho suplementar, com tantas horas que estão aqui descritas também no relatório, porque, a verdade se diga e a minha preocupação é esta, é que a partir do momento em que o Município assume esta estrutura com os custos com pessoal, não mais baixará ou será difícil baixar e o município precisa de receita para suportar isto e eu pergunto e gostava de ver isto esclarecido porque parece relevante e também parece relevante para o senhor Presidente que foi logo das primeiras justificações que apresentou aqui a esta Assembleia.

Depois questionava também relativamente à questão da execução orçamental, que me parece que podia ter ido mais além e até em benefício do concelho e das pessoas que aqui vivem, um conjunto de situações, porque eu não sou daquelas pessoas que entende que o município podia ter um elevado valor de dívida não, mas também custa-me perceber que apareçam aqui a gabar-se que temos um saldo ou um excedente de 4,8 milhões de euros que podiam ter sido utilizados em benefício das pessoas que aqui vivem, que no fundo acrescentam valor ao concelho e que não foram, e era isso que eu gostava de perceber e me dissessem então mas porquê, aliás em consonância com aquilo a que se tinha proposto, porque é que é assim.

Depois faço outra questão que está um pouco relacionada com o ponto que se segue, é que entretanto de seguida temos já aqui uma proposta de revisão de orçamento. E por isso, gostava de perceber como é que, justifica esta situação, por que motivo é que a execução não ficou em níveis superiores, em que é que podiam ter sido gastos estes cerca de 4,8 milhões de euros e não foram, que explicasse estas situações com o pessoal e isto para não falar e é verdade que esta é uma questão muito debatida, pode parecer que as pessoas estão sempre a falar no mesmo, mas não é isso é que de facto, quando eu me apercebo que em pareceres, estudos, consultadoria, se gasta tanto dinheiro, eu digo aqui como digo lá fora seja a que instituição pública for e eu à escala do concelho, o valor que se gasta em estudos, em pareceres, em consultadoria em especial, quase todos em ajuste direto, senhor Presidente, não consigo perceber. A questão do ajuste direto não é que seja para os amigos, não é isso que eu estou aqui a dizer, não fique ofendido, não vale a pena depois responder-me de forma ofendida, a questão aqui é, como é que se justifica a necessidade de tantos projetos, tantos pareceres, sendo que depois, temos muitos projetos, muitos estudos, mas depois execução daquilo que se projeta, daquilo que se pensa, nem tanto e é evidente que, quando falamos disto estas questões têm que ser descortinadas e têm que ser transparentes. Eu não consigo perceber por exemplo como é que, para estas rubricas temos determinadas quantias e depois para outras e para determinadas obras que são mais de pormenor e que custam menos dinheiro, o município depois se vem defender a dizer, isto não é da minha competência não posso fazer, ou algo do género gostava que me explicasse, isto porque da sua explicação derivará a minha orientação de voto, sendo que, posso dizer neste momento estou a pensar abster-me mas, também dizendo-lhe que, será, com estes níveis de execução, com estas questões que já

levantei, será por ventura a última vez que me abstenho em relação a esta matéria, não darei outra oportunidade, por isso gostava de um esclarecimento. -----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal passou a Palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos às questões suscitadas, tenho o mesmo referido:

“Ao senhor deputado Manuel Carvoeiro dizer que não é uma, são duas pessoas com deficiência, não vou citar os nomes naturalmente, mas são duas pessoas de sexos diferentes até. Um deles é um precário que foi admitido e o outro é uma pessoa que já trabalha há muitos anos na Câmara e que a identificará, mas são dois, é cerca de 1% mas não pode acusar a Câmara Municipal porque não tem a ver com uma posição da Câmara Municipal relativamente a esta matéria, tem a ver com as pessoas candidatarem-se ou não, nós não vamos andar a recrutar pessoas com deficiência para trabalhar na Câmara, nós abrimos concursos, elas aparecem, há uma cota estabelecida inclusive para isso e nós aceitamos as pessoas, não é do meu tempo e penso que os meus antecessores nunca tenham pensado assim, são as circunstâncias da vida, se as pessoas aparecerem e houver um lugar compatível naturalmente que ficarão a exercer o cargo e nós vemos isso com total equidade e igualdade de tratamento, aliás uma das pessoas foi integrada como precário há pouco tempo, portanto em termos de rácio, se formos a ver em relação aqueles que foram admitidos nos últimos tempos estará bem acima disso porque em relação aos precários foram 20 e poucos e uma dessas pessoas tem deficiência, portanto, não veja as coisas desse ponto de vista porque não há nenhum ostracismo, muito pelo contrário temos todo o gosto em ter essa posição perante a sociedade e de integrar essas pessoas porque têm rendimento, desde que, colocadas nos sítios adequados e compatíveis com o seu problema, têm um rendimento igual ou superior aos outros, portanto não temos esse tipo de estigma ou de problema.

Quanto à questão de clima e ambiente de trabalho, agora trabalha-se bem mas não me parece que isto assuste os trabalhadores, trabalha-se bem, as coisas andam para a frente, há muitas execuções, há muitas obras, há muita coisa, mas não me parece que isso assuste os trabalhadores, há problemas se bem reparou que têm a ver com questões de doença, etc. mas isso são coisas que acontecem, todos os anos os nossos trabalhadores ficam mais velhos um ano e isso a nível de idades naturalmente, as coisas vão surgindo, não vou citar aqui questões particulares, mas houve situações de alguma gravidade que afastaram as pessoas durante muito tempo e depois isto acaba por influenciar o rácio final, mas não tem a ver com nenhuma circunstância especial e também não me parece que exista um clima de trabalho assim tão mau, há sempre quem se queixe, mas isso é uma situação percentual, mais uma vez, há um, ou dois, ou três que se queixam e há muitos outros que estão satisfeitos, não vejo as coisas por esse lado.

Empolou claramente aquilo que eu disse em relação à escola de Marinhas, vamos lá pôr os pontos nos is-repare, eu tive uma experiência há poucos dias, fui a Cabo Verde como sabe no âmbito do dia do Município, fomos visitar uma escola que não tinha luz elétrica, repare aquilo que eu tento fazer e eu acho que um bom autarca, uma pessoa que tem responsabilidades públicas deve conhecer as várias realidades, eu não disse que era bom as crianças agora irem a pé e à chuva para a escola, eu não disse isso, eu disse que hoje nos queixamos às vezes porque faltam 5 metros de cobertura já nos queixamos, disse que nós passamos por muitos trabalhos, quase todas as pessoas que estão aqui dentro, da sua geração passaram por circunstâncias bem mais difíceis e hoje as pessoas queixam-se muitas vezes por circunstâncias menores e é verdade e isso mantenho o que disse, foi isso que eu disse, não disse que as

crianças deviam ir a pé para a escola, não ponha essas palavras na minha boca porque eu não disse isso, já passou esse tempo, há questões de segurança, questões de trânsito, a realidade alterou-se completamente, mas a verdade é que muita gente para chegar onde chegou hoje, passou muitos trabalhos e isso também cultiva de alguma forma, eu não me sinto nada mal por ter ido a pé para a escola, por ter passado por isso, se me disser queria que fizesse isso aos seus filhos, não se eles tiverem possibilidade de transporte muito bem, se puderem não apanhar chuva, também não faço questão que eles apanhem chuva como é evidente, mas há que haver uma razoabilidade em todas estas coisas. Falou na questão do desporto, repare quando os miúdos jogam futebol andam de guarda-chuva? Não andam à chuva? O que interessa é que no final tenham um balneário com água quente para tomarem um banhinho, vistirem-se e irem para casa. Qual é o problema de praticar desporto à chuva, o atletismo, há desportos que são assim, o futebol é um desporto de inverno, no verão não há futebol, há futebol durante os outros meses, qual é o problema?

Só estou a dizer que não se pode entrar em populismos, entrar neste tipo de situações, há o razoável e há situações provocadas, nós não vamos regredir agora 40 anos, conquistamos muitas coisas nestes 40 anos não ponha coisas na minha boca. O que eu disse é que achava injusto que fosse a Câmara a fazer uma coisa que é da competência da Administração Central e nas Marinhas se falta a cobertura, sendo da responsabilidade de Administração Central que a façam, porque é que tem que ser o nosso dinheiro a contribuir para isso, é só por isso, eu não estou a dizer que não deva ser feito, até acho que deve ser feita lá uma paragem de autocarro, outra coisa é fazer uma cobertura que eu nem sei do que estamos a falar em termos concretos, uma cobertura com 100 ou 150 metros até à entrada, a coisa pode não fazer sentido assim. Temos que ser razoáveis é uma questão só de boa gestão dos dinheiros públicos, aquilo que é da responsabilidade da Câmara deve ser pago por nós, aquilo que não é da responsabilidade da Câmara, deve ser pago por quem de direito e o Governo não pode andar a escusar-se e em relação a esta matéria em concreto que foi o seu pedido neste sentido o que eu penso em relação a isso é exatamente aquilo que acabei de referir.

A senhora vereadora está permanentemente em contacto com as escolas.

Esse é um discurso demasiado fácil, populista e completamente demagógico, porque é fácil dizer coitadas das pessoas com deficiência, coitadas das criancinhas, coitados dos nossos idosos, toda a gente tem esse sentimento, isso é completamente ridículo, o que temos é que ter políticas concertadas, gerir em função daquilo que são os recursos económico financeiros da Câmara e atuar com equidade para todos os cidadãos, agora isso é, claro que quem tem uma pessoa com um problema, ou um filho está muito mais sensível a estas questões e vai logo dizer, bem aqui é que está uma intervenção correta, não está nada, tem é que ser correta, tem que ser justa, tem que ser avaliada num contexto global, agora falar só de uma circunstância, isso é a forma mais fácil de estar na política, é apelar aos sentimentos das pessoas, pelo ponto onde lhes podem tocar, não pensando na responsabilidade de gerir, aliás eu não queria ser indelicado, mas sempre lhe posso dizer que, regimes que o senhor representa em termos políticos têm atitudes que não são nada abonatórias e não bate a 'cara com a careta'. É engraçado como as pessoas querem uma lei para elas, outra para os outros, pode-me acusar de Salazarista e eu não posso falar do regime comunista, como por exemplo na Venezuela, onde é que está a liberdade de expressão?

Da deputada municipal Tânia Mota, falou da questão da necessidade, foi a argumentação do grupo político, eu gostava de dizer desde logo que, a questão da preocupação com o aumento

dos salários, da carga salarial, tem a ver também com uma argumentação que foi tornada pública relativamente ao grupo que tem representação na Câmara Municipal. Eu tenho o direito de começar a minha apresentação dos documentos conforme eu entender e eu entendi começar por aí, por no fundo, esclarecer um assunto que eu sabia que ia ser objeto de observação da vossa parte, e porque é verdade que na representação na Câmara Municipal, na declaração de voto foi referida essa circunstância, eu quis esclarecê-la desde logo, à cabeça, explicar o que é que acontecia no dia de hoje, o que é que originou o aumento dos custos com pessoal e aquilo que acontecia por exemplo comparativamente com há dez anos a esta parte, em que se falava sensivelmente dos mesmos valores em termos de carga salarial perante um orçamento que até era menor do que aquele que foi o de 2018, um esclarecimento, mais nada, não tem a ver com a retórica política, eu quis esclarecer as pessoas aqui presentes o que é que levou a esse aumento que poderia ser mal interpretado se não devidamente explicado foi só isso, não comecei por isso por achar que enfim, era uma matéria que carecia de esclarecimento, é tão simples quanto isso.

Relativamente à entrada de trabalhadores, com os que saíram e os que entraram o aumento foi de 35 e não de 51.

Depois falou da questão de no fundo termos concluído o ano com um superavit de 4,8 milhões de euros, e porque é que não foi utilizado para outras coisas? É preciso que se perceba que havia um conjunto, nós não tivemos a execução do PPI a 100%, portanto havia um conjunto de obras que não foram executadas, esses valores estavam consignados a essas obras, não foram executadas mas vão ser executadas agora, se eu tivesse gasto o dinheiro tal qual refere noutras áreas, consumido o dinheiro apenas para ter uma execução maior, como é que eu ia agora fazer as obras? Como é que eu fazia o canal? Como é que eu pagava os terrenos? Há um conjunto de obrigações que estão agarradas a projetos futuros, facilmente entenderá esta questão, portanto o terminar com dinheiro não é sinal de má execução ou de má gestão, nós temos um conjunto de obras, nada termina no dia 31 de dezembro, isto é um contínuo, nós apresentamos contas a 31 de dezembro, mas isto é um contínuo de investimento portanto é normal que, posso-lhe dizer que no documento que vem a seguir, já agora dando nota que é uma revisão obrigatória que é a integração do saldo de gerência do ano anterior, portanto não é porque estejamos a fazer mal, ou tivéssemos feito mal o orçamento, é uma revisão obrigatória, já está lá previsto, para o edifício do IPCA, dois milhões de euros para o ano em curso e quinhentos mil para o ano seguinte caso a obra ultrapasse esse mesmo prazo. É normal agirmos assim, dividirmos o dinheiro que temos, vamos aplicando em função das obras que temos previstas, mas isso é a forma normal de atuar e portanto não queria que interpretasse isso mal. Obras que não fizemos e que devíamos ter feito, já as referenciou a senhora deputada é o caso do Canal por exemplo que é uma que consome bastante dinheiro, depois os níveis de execução nem sempre são aquilo que nós queremos, aliás várias obras que não são executadas, não são consumidos recursos e eles transitam para o ano seguinte, se não foi gasto passa como superavit, ou passa como exercício do ano anterior.

Quanto à questão dos estudos, pareceres e consultadoria, gostava só de lhe explicar que mesmo assim, apesar de ser um valor elevado, que é, elevado em termos brutos, porque eu não acho que seja demasiado em relação aquilo que nós precisamos, mas baixou cento e cinquenta e oito mil euros relativamente ao ano anterior.

Nós neste momento estamos a desenvolver um conjunto de projetos, para o PARU, para o Parque da Cidade, para a ponte sobre o rio Cávado, como é que eu vou fazer os projetos, eu tenho que os pagar, eu tenho que contratar projetistas para fazer os projetos, alguns fazemos

internamente, outros não conseguimos fazer internamente, como é que quer que prepare o futuro do concelho sem desenvolver os projetos, muitas vezes são assentes em estudos necessários, são exigidos também, posso-lhe dizer que ainda há dias tivemos um estudo de incidências ambientais para validar uma empreitada da ecovia entre Rio de Moinhos e S. Paio de Antas, foi pedido à última da hora e vai entrar nestas contas, mas o que é que podemos fazer se não fizéssemos os estudos ambientais, não era aprovado o projeto, não tinha o parecer favorável que não temos ainda do ICNF, estamos a tentar conseguir, são as circunstâncias, por exemplo o IPCA, ainda hoje tivemos uma reunião importantíssima em relação ao Regulamento de taxas do Município de Esposende, tem que ser devidamente fundamentado, tem que ser alguém devidamente capacitado para o efeito e temos que pagar e a nossa vida é isso, não tem a ver com circunstâncias de favorecimento disto ou daquilo, como disse e muito bem, eu não tomei e não tomo isso por esse lado, mas muitas vezes passa a ideia, há muitos ajustes diretos, então de certeza que há aqui, não é nada disso, é a nossa gestão do dia-a-dia tem que ser assim, a maior parte das coisas hoje têm que ser fundamentadas, mas são tantos exemplos, estava a lembrar-me de uma circunstância de recuperar a maioria de capital sobre a Zendensino, somos obrigados a fundamentar o interesse, porque é que queremos ter maioria de capital de uma Cooperativa da qual fazemos parte. Já tivemos, em função da lei 50/2012 fomos obrigado a não ter, caso contrário tínhamos mesmo que sair da Cooperativa e agora eu sempre entendi que devíamos manter a posição maioritária, mais de 50% de capital, mas para isso, obriga-nos a fazer um estudo, temos que pagar, não temos capacidade para fazer esse tipo de estudos económicos, somos obrigados a pagá-los é disto que resulta não tem a ver com mais nada e vai ver que em termos de execução de projetos temos muita coisa em curso, que neste momento eu não falo muito sobre isto porque ainda está numa fase embrionária, não quero criar falsas expetativas às pessoas, por exemplo o caso do Parque da Cidade nós temos a perspectiva de o fazer, mas eu não vou andar a prometer às pessoas que o vou fazer, eu só sei que neste momento estamos a desenvolver projetos, tivemos uma reunião a semana passada com quinze pessoas aqui na Câmara Municipal, com as Águas do Ave, o ICNF, as Infraestruturas de Portugal, a Comissão Regional da Reserva Agrícola, para tentar acautelar tudo, para que um dia destes tenhamos um projeto devidamente aprovado, entretanto andamos no terreno a fazer levantamento cadastral, já houve reuniões esta semana, estamos a tentar montar o processo, até que um dia há-de aparecer aqui concretizado. Até lá vocês só veem o projeto do lado do aumento destas despesas que são inerentes e que eu não consigo fugir a elas, portanto não tem a ver com mais nada. Naturalmente que nós também temos muitas atividades, muitos eventos, temos que os promover, é daí que resulta, as suas questões são respondidas desta forma, nós não podemos promover Sons de Verão, se não promovermos não podemos ter aquilo que é a nossa atividade diária na cultura, em tudo isso, se não promovermos esses mesmos eventos e se não pagarmos, ninguém nos faz isso de graça, como é evidente.”-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS Membros DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 8 VOTOS CONTRA DOS Membros DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS, DO JPNT E DO PCP, E 1 ABSTENÇÃO DO Membro DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, APROVAR O RELATÓRIO DE

GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2018, DO QUAL FAZEM PARTE OS SEGUINTE DOCUMENTOS: RELATÓRIO DE GESTÃO E RESPECTIVOS ANEXOS (MAPA RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DA DESPESA; MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA; MAPA DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA; EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS; EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA; FLUXOS DE CAIXA; OPERAÇÕES DE TESOURARIA; MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – DESPESA; MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – DESPESA; MAPA DOS SUBSÍDIOS CONCEDIDOS; MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – RECEITA; MAPA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – RECEITAS; MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA; MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA; MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS; MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; SITUAÇÃO DOS CONTRATOS; CONTAS DE ORDEM; MAPA DE OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS; MAPA DE EMPRÉSTIMOS; BALANÇO; DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS; ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS) E APROVAR A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“As contas apresentadas com um saldo de quatro milhões e oitocentos mil euros por executar, num orçamento inicial a rondar os trinta milhões, demonstra bem a incapacidade desta Câmara na gestão. Se tivermos em atenção e se formos para a parte do que são despesas correntes e despesas de capital e chegarmos à conclusão que as despesas de capital não chegam sequer aos 75%, reforça-se essa imagem de incapacidade da Câmara em gerir. Quando se refere que as receitas correm muito bem e que houve um aumento grande de receitas, são essencialmente receitas que resultam da atividade económica favorável do país, que pouco ou nada tem a ver com a Câmara e muito tem a ver com o estado geral do país. Quando se diz que aumentaram as taxas urbanísticas, que aumentou o IMT, que aumentou o IMI, que aumentou o Imposto de Circulação, tem a ver com a venda de carros, tem a ver com a compra e venda de imóveis, tem a ver com as taxas urbanísticas e isso tem tudo a ver com a atividade do país. Que é um movimento e é um aumento de receitas que é generalizado no país, não tem a ver com o concelho de Esposende, tem a ver com o país e portanto essa justificação não colhe. Estas contas vêm no fundo ratificar, reiterar e demonstrar a incompetência da maioria que nos governa, que está à frente dos destinos do concelho de Esposende.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Nós votamos contra nos termos da declaração de voto do Vereador do JPNT na Reunião de Câmara, e ganha cada vez mais consistência até pelos números aqui apresentados pelo senhor Presidente, neste resultado de exercício, que é possível entregar 5% de IRS aos munícipes, conforme proposta apresentada em devido tempo pelo JPNT.”*-----

02.11 – APROVAÇÃO DE REVISÃO ORÇAMENTAL DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2019 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 28 de março de 2019, foi presente na sessão, para aprovação, Revisão Orçamental dos Documentos Previsionais para o ano de 2019 – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto, tendo em suma referido que esta era uma revisão obrigatória, tal como já havia explicado à senhora deputada Tânia Mota, mas que se prendia com a necessidade de lançar o saldo de gerência anterior, no orçamento de 2019, acabando no fundo de resultar duas *nuances* que gostaria de realçar:

“A primeira é que capitalizamos aquilo que é um desiderato muito importante e uma obra muito importante para o município de Esposende que é a efetivação do Ensino Superior no concelho de Esposende, está aqui uma verba de dois milhões de euros concreta para este ano para a construção do edifício do IPCA e não conta aqui o valor que já investimos na aquisição dos terrenos e nos projetos, estamos a falar de execução de obra só e depois resolve aquele problema de obra, aquele grade dilema que deu origem a muitas discussões que era de andarmos a enganar as pessoas e abriremos muitas rubricas com mil euros, ou com cem euros e portanto, o que acontece como já todos sabemos e como expliquei na altura é que do saldo de gerência o restante que aqui falta foi exatamente para capitalizar essas mesmas rubricas e pôr lá o valor que entendemos que era necessário para elas serem levadas a cabo.

É um exercício que é feito anualmente, alegramo-nos é por poder integrar um saldo de gerência positivo e não ter aqui um défice para introduzir nas contas.”-----

A Senhora Deputada Municipal, Tânia Mota, interveio nos seguintes termos:

“Queria perguntar apenas ao senhor Presidente da Câmara porque é que faz um reforço em determinadas rubricas e porque é que se justificará outros trabalhos ou outras situações que possam aqui estar abrangidas e falo nomeadamente da rubrica outros trabalhos especializados e da rubrica outros, sendo que esta rubrica outros, recebe um reforço de dois milhões cento e sessenta e nove mil euros, por isso gostava de um esclarecimento. Muito obrigada!”-----

O Senhor Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, interveio nos seguintes termos:

“Queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara qual é a justificação para um reforço aqui nesta rubrica publicidade, de vinte mil euros, se em vez deste reforço pergunto-lhe, se não seria de destinar este dinheiro para aquisição de bibliografia na biblioteca municipal de Esposende.”-----

O Senhor Presidente da Câmara pediu ao Dr. Nuno Capitão para dar uma breve explicação da circunstância da rubrica outros e outros trabalhos especializados, o que é que estava integrado e porque é que se justificava essa circunstância e também relativamente à publicidade, tendo o mesmo prestado os devidos esclarecimentos.

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A

FAVOR DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E 4 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PS E DO PCP, E 1 ABSTENÇÃO DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, APROVAR A REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O CORRENTE ANO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Não participou da discussão e votação do presente assunto o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, por se encontrar legalmente impedido.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra esta alteração ao orçamento, porque ela é proveniente da incapacidade de execução da Câmara do orçamento anterior, isto é no fundo o pecado original e está viciado o pecado original deste orçamento e por isso só podemos votar contra.”*-----

02.12 – RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO DE INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE DO EXERCÍCIO DE 2018 - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ARTIGO 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na sessão, para conhecimento, Relatório do Auditor Externo de Informação sobre a Situação Económica e Financeira do Município de Esposende do Exercício de 2018. Fica arquivado o original do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Interveio o Sr. Luís Viana que em síntese disse:

*“Boa noite a todos,
Em primeiro lugar quero cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa e os seus assistentes,
Também, com todo o respeito o Senhor Presidente da Câmara e todo o executivo,
Os Senhores Presidentes da Junta,
Os Senhores Deputados Municipais,
Extensível a todo o público,*

Não vou fazer nenhuma intervenção, vou única e simplesmente fazer uma chamada de atenção sobre a Ponte D. Luís Filipe em Fão, só queria dizer que a ponte, passa-se lá e está a ficar num estado um pouco ruinoso, não estará ainda bastante danificada, mas julgo que deveriam dirigir-se à entidade competente, à Direção das Estradas de Portugal, para pelo menos irem tirando aquela ferrugem que está nos parafusos, os próprios passeios laterais, as chapas já

*estão praticamente todas remendadas e está ali um perigo, antes que aquilo possa haver ali uma grande obra, para poder fechar a ponte durante anos como quando ela foi reparada, julgo que seria a altura de pressionarem, para que fizessem ali um pequeno arranjo de pintura, para que, pelo menos aquilo não fosse arruinando.
Era isto só que eu tinha a dizer.
Obrigado.”*-----

Terminadas as intervenções do público o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, tendo prestado esclarecimentos nos seguintes termos:

*“Senhor Presidente,
Antes de mais agradecer o seu contributo e a forma cordata e positiva como apresenta uma preocupação que é uma preocupação de todos como é evidente e agradeço muito.
Nós entretanto, o senhor vereador está aqui a assistir, nós vamos oficializar às Infraestruturas de Portugal nesse sentido, para haver uma atenção especial aquela infraestrutura que é um imóvel classificado, portanto tem ali muito que se lhe diga em relação a intervenções, também sabemos que tem havido um desinvestimento por parte das Infraestruturas de Portugal nestas infraestruturas, mas é totalmente pertinente a sua interpelação. Muito obrigado!”*-----

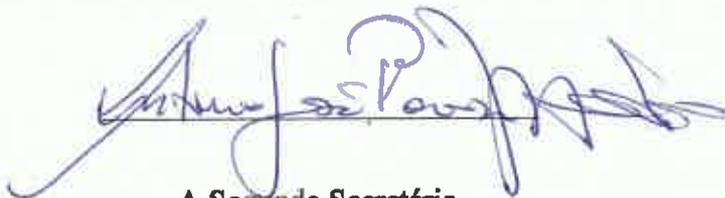
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 01 hora e 05 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

